

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**UM ESTUDO-DIAGNÓSTICO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICIPAL À ÁREA DE EXCLUSÃO SOCIAL DE PRESIDENTE
PRUDENTE/SP**

Williana Balbino Molina Martins

Presidente Prudente/SP
2004

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**UM ESTUDO-DIAGNÓSTICO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICIPAL À ÁREA DE EXCLUSÃO SOCIAL DE PRESIDENTE
PRUDENTE/SP**

Williana Balbino Molina Martins

Monografia apresentada como requisito
parcial de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Econômicas, sob orientação do
Prof. Ms. Sandro Bertolli

Presidente Prudente/SP
2004

**UM ESTUDO-DIAGNÓSTICO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICIPAL À ÁREA DE EXCLUSÃO SOCIAL DE PRESIDENTE
PRUDENTE/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Prof. Ms. Sandro Bertolli

Prof. Ms. Wilson de Luces Fortes Machado

Prof. Ms. Everaldo Santos Melazzo

Presidente Prudente, 22 de novembro de 2004.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho para que ele compreenda a magnitude da herança sabedoria.

Para fazeres atento à sabedoria o teu ouvido, e para inclinares o teu coração ao entendimento, então andarás com confiança no teu caminho, e não tropeçará o teu pé (Provérbios 2:2 e 3:23).

AGRADECIMENTOS

... a Deus pela permissão de concretizar o maior dos meus sonhos com saúde e dignidade,

... aos meus pais pelo incentivo e confiança em todos esses longos anos, por apoiarem e respeitarem minha escolha e acima de tudo pelo melhor presente que poderia ter ganhado em toda minha vida,

... ao meu pai pelo seu grande amor, pela sua amizade e por me mostrar a força e o diferencial de uma mulher sábia,

... à minha mãe por me tornar capaz, mostrar a minha competência e ser um espelho de pessoa confiante, guerreira e acima de tudo vencedora,

... ao meu filho por me ensinar que melhor do que conquistar um sonho é receber uma dádiva tão soberana como a de ser mãe e por me proporcionar o Amor maior de minha vida,

... ao meu esposo pela paciência, carinho e incentivo nesses cinco anos de companheirismo, amor e realização de grande sonhos,

... aos meus poucos amigos agradeço pelo simples fato de existirem e serem parte da minha vida.

A todos, também o meu perdão pela ausência em diversas comemorações, importantes ou não, pelo cansaço contínuo de todos esse anos, pelos finais de semana frente ao computador, pelas despesas com os estudos, pelo mau-humor das semanas de provas, enfim por tudo que não pude compartilhar com aqueles que tanto amo.

...O meu especial pedido de perdão principalmente ao meu filho pelas noites ausentes, pela amamentação adiada, pelo choro não ouvido, pelos sorrisos não vistos, por novidades perdidas, por tantos primeiros momentos que perdi por estar em uma sala de aula e também pelos inúmeros chamados não atendidos. Ainda assim, Joseph Henrique, filho amado, obrigado por cada sorriso recebido ao chegar, cada abraço e cada beijo ganhado, que sem dúvida foram o maior incentivo para o término dessa jornada e início de tantas outras.

RESUMO

Na presente pesquisa fez-se uma análise da intensidade da relação entre o Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente/SP e as políticas públicas de inclusão social desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente. Através dos resultados obtidos em um estudo desenvolvido por uma equipe de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que aponta áreas de exclusão social no município e dos programas exercidos pela Secretaria de Assistência Social, os quais têm o objetivo de promover a inclusão social, conseguiu-se apontar as dificuldades de direcionamento exclusivo de programas sociais às áreas socialmente excluídas, além da demanda reprimida existente, insuficiência de recursos financeiros e humano, e a deficiência do elo entre mapa e programas.

Os resultados apontados na presente pesquisa foram obtidos utilizando como metodologia entrevistas e fontes secundárias que auxiliaram na dinamização do estudo do elo entre as políticas públicas de inclusão social e as áreas mapeadas como socialmente excluídas.

O resultado alcançado apontou para uma dificuldade de integração constante entre os programas assistenciais e as áreas detectadas pelo Mapa como excluídas, devido ao fato de o mapeamento ser constantemente aprimorado e não haver um acompanhamento regular por parte da Secretaria Municipal da Assistência Social, e o fato de o conhecimento sobre o mapa de a exclusão social ser bastante superficial por parte dos integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social que desenvolvem os programas assistenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão Social; Inclusão social; Políticas Públicas.

ABSTRACT

At the recent research was made an intensity analysis of relation between the Social Exclusion Map of Presidente Prudente/SP and the public politics of social inclusion developed by Municipal Secretariat of Social Assistance of Presidente Prudente. Through the obtained results in a grown up study researchers team of the Universidade Estadual Paulista (UNESP) that points areas of social exclusion in the municipality and of the exercised program by the Secretariat of Exclusion Assistance, in which have the purpose to promote the social inclusion, it could point the difficulty of exclusive direction of social programs to the excluded socially area; beyond of existent represses demand, insufficiently of financier and human resources, and the deficiency of the link between map and programs.

The showed results on the recent research were obtained by the use of interviews and secondry sources that helped on the dynamics of the study link between the publics politics of social inclusion and the maps areas as socially excluded.

The reached results pointed to a difficulty of a constant integration between the assistance programs and the areas found by the maps as excluded, dur to the fact of the mapment be constantly perfected and don't have a regular attendance by Municipal Secretariat of Social Assistance, and the fact of the knowledge about the map of social exclusion be very superficial by the party of the members of the assistance programs.

KEYWORDS: Social Exclusion; social inclusion and Public politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONCEPÇÕES ACERCA DA EXCLUSÃO SOCIAL	13
2 UM DIAGNÓSTICO SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE	18
2.1 Contexto histórico do mapeamento prudentino.....	18
2.2 O trabalho: “Sistema de Informações e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – SIMESPP” da FCT/UNESP (campus de Presidente Prudente)	19
2.3 O mapeamento da exclusão social em Presidente Prudente	22
2.3.1 Cadastrados à procura de emprego.....	23
2.3.2 Imóveis precários de até 70 m ²	24
2.3.3 Imóveis precários	25
2.3.4 Imóveis de até 70 m ²	25
2.3.5 Grandes proprietários de terras urbanas.....	26
2.3.6 Cadastrados no Programa de Garantia de Renda Mínima	26
2.3.7 Exclusão escolar	27
2.3.8 Eventos Sentinela em Saúde	28
2.3.9 Acessibilidade por transporte coletivo.....	28
2.3.10 Necessidade de asfalto.....	29
2.3.11 Nível de exposição aos resíduos sólidos	30
2.3.12 Análise espacial da exclusão social	31
3 OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	33
3.1 Projeto Jovem Cidadão	34
3.2 Projeto Vaga-Lume	35
3.3 Projeto Desafio.....	35
3.4 Projeto Cuidadores de Idosos	37
3.5 Projeto Criança Cidadã	37
3.6 Projeto Crescer	38
3.7 Projeto Alerta	39
3.8 Programa Sentinela	40
3.9 Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã	41
3.10 Projeto Consolidando a cidadania.....	41
3.11 Centro de Convivência	42
4 AS DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS E DO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar a intensidade do elo de integração entre as políticas públicas de inclusão social e o mapeamento realizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) da área de exclusão social do município de Presidente Prudente /SP, além identificar os tipos de projetos desempenhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para alcançar esse objetivo fez-se uso de entrevistas e fontes secundárias.

A presente pesquisa foi desenvolvida com intuito de colaborar para o planejamento e formulação de políticas públicas de assistência social direcionadas especificamente à área de exclusão social, e que essas se utilizem o mapa de exclusão social como facilitador e direcionador para priorizar, focalizar e obter efetividade nos programas assistenciais, entretanto, apresentou-se os fatores limitantes para concretização do direcionamento das políticas públicas serem exclusivamente realizado pelo mapeamento social. E as conclusões dessas pesquisa não se apresentaram com caráter definitivo tendo em vista que o mapeamento é um instrumento em constante atualizações e os programas sociais também sofrem alterações, do indivíduo e da comunidade em geral, alterando suas necessidades freqüentemente.

Os processos de exclusão social no Brasil acontecem desde o período colonial, tornando-se ainda mais graves durante a ditadura militar. Suas causas estão ligadas a fatores ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais, originando diversas formas de exclusão.

O modelo de desenvolvimento econômico implantado autoritariamente na ditadura militar brasileira apoiava-se no fortalecimento do papel do Estado, no endividamento externo, na substituição das importações via industrialização, na instalação de empresas multinacionais atendendo a demandas do mercado interno e na manutenção de superávits na balança comercial, em que a exportação de produtos agrícolas desempenhou um importante papel.

No Brasil, o processo de exclusão social foi produzido pelos novos processos produtivos em associação às políticas neoliberais e a uma inserção submissa no mundo globalizado. Nos anos 70, houve no país uma profunda

transformação nas estruturas da sociedade moderna provocando efeitos cada vez mais concentradores e excludentes no que se refere às riquezas e poder, desencadeando-se uma mudança técnico-científica baseada na informação e automação dos processos produtivos. Causado pelo rápido e desordenado processo de urbanização, desenraizamento provocado pela mobilidade profissional, desigualdades de renda e de acesso aos serviços, o processo de exclusão mostrou-se cada vez mais presente e, a partir da crise econômica nacional dos anos 80, passou a ser intensamente integrado em discursos políticos.

A década de 80, sob o aspecto do desenvolvimento econômico, o período ficou conhecido “década perdida”. A estrutura produtiva envelheceu, o fluxo positivo da poupança se inverteu em função da dívida externa que atingia elevados patamares, a economia brasileira perdeu competitividade e tentou manter posições no comércio exterior valendo-se de recursos como o arrocho salarial e a deterioração do câmbio, reduzindo o custo da produção, e tornando as mercadorias internacionalmente mais baratas, facilitando, assim, a colocação de produtos brasileiros no mercado externo. Nesse período, verificam-se elevadas taxas inflacionárias e sucessivos planos de estabilização econômica que tentaram contê-las. Tanto a inflação quanto os planos antiinflacionários, que fracassaram um após outro, promoveram, em geral, uma concentração ainda maior da renda no Brasil, que se via às voltas com a hiperinflação no final dos anos 80 e início dos 90.

A crise financeira que o Estado viveu nesse período foi decorrente do endividamento crescente tanto externo quanto interno. Perdeu-se o controle da moeda e das finanças públicas, o que debilitou a ação do Estado devido à necessidade de redução de gastos, dos investimentos públicos que ruíam e, principalmente, pela ausência de políticas de desenvolvimento. No período compreendido entre 1975 e 1985, verificou-se o fortalecimento da sociedade civil em contraposição ao Estado autoritário, emergiram de forma radical movimentos populares que lutavam por justiça social.

Com o desgaste da ditadura, surge um projeto alternativo de desenvolvimento: o neoliberalismo, empunhado pelas elites dominantes. No início dos anos 90, o retorno à ortodoxia na política econômica vem acompanhada do

neoliberalismo, culminando em um processo de transição democrática cuja própria eleição presidencial representou a ruptura de 30 anos marcados pelo autoritarismo. Passava-se a defender, entre outros pontos, a abolição da regulação por parte do Estado sobre a relação capital-trabalho, sobre os preços da economia, a renúncia do mesmo como agente econômico, produtivo e empresarial. A proposta era, então, a privatização das empresas estatais que se deu além dos limites produtivos, atingindo áreas como a da saúde, educação e a área social. A recessão, como meio de se atingir o ajuste neoliberal pretendido, atingiu a sociedade acentuando a desigualdade da mesma. Houve aumento do desemprego e a situação dos mais carentes piorou, colaborando para um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais. Entretanto, a política do Governo era de cortar ainda mais os gastos públicos, combinação essa que colaborou para um aumento no número de pessoas socialmente excluídas.

O programa neoliberal apontava: (i) a necessidade das privatizações, deixando o mercado ao livre jogo dos agentes privados, gerando, com a venda das empresas públicas, recursos que seriam necessários ao equilíbrio das contas governamentais na fase dos ajustes estruturais; (ii) uma tributação mínima e regressiva, mas com aumento da base de tributação e a redução de impostos sobre os agentes econômicos, isto é, os possuidores de grandes fortunas e os pobres pagariam as mesmas taxas de impostos, estendendo a cobrança de impostos a segmentos pobres que antes estavam isentos, ao passo que seria diminuída a cobrança de impostos das empresas; (iii) abertura a importações e investimentos estrangeiros, uma vez que o protecionismo de mercado seria ineficiente tanto para captar recursos quanto para satisfazer os interesses do consumidor nacional, uma vez que o protecionismo inibiria a inserção competitiva do país na economia mundial e o investimento estrangeiro direto complementaria a poupança nacional, necessária ao desenvolvimento e que traria novas tecnologias, aumentando a competitividade do país, e; (iv) quanto ao regime cambial e política monetária, o Consenso de Washington apontava para a necessidade de estimular exportações e inibir importações. Afirmava, contudo, que durante a fase de estabilização econômica era válida a vinculação da moeda nacional a uma "âncora externa", mesmo correndo o risco de uma

sobrevalorização monetária. Esta política, que era indicada como exceção, tornou-se posteriormente a praxe de dolarização para a estabilização econômica.

A globalização, bastante acelerada, a partir dos anos 90, aprofundou a desigualdade social contando com o grande avanço tecnológico ocorrido, principalmente, na área da comunicação e da indústria de transformação, sendo acompanhada de uma urbanização que impôs padrões de consumo diferenciados e reproduziu a desigualdade social já existente, estimulando um padrão de crescimento urbano em total desajuste com a capacidade de absorção da mão-de-obra nas cidades.

Todos esses acontecimentos ao longo desse período contribuíram para o aprofundamento do processo de exclusão social, um processo complexo e multifacetado, englobando dimensões materiais e políticas.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi dividida cinco partes, além desta introdução. No Capítulo 1, “Concepções acerca da exclusão social”, não se objetivou traçar o histórico do desenvolvimento da exclusão social, mas sim, levantar alguns conceitos de exclusão social apontando aquele mais apropriado para o desenvolvimento da presente pesquisa, não sendo intuito do mesmo discutir as diversidades conceituais nem questionar a sua veracidade.

Enquanto que para detectar a exclusão existente no município de Presidente Prudente, no Capítulo 2, fez-se uso do estudo e mapeamento da exclusão social para o município realizado pela UNESP (Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente). O intuito, entretanto, não foi o de questionar a forma de criação e desenvolvimento do estudo realizado e, sim, apontar os resultados obtidos, o que é de importância fundamental para a presente pesquisa já que a consequência do conjunto de mapas temáticos desenvolvidos pelos elaboradores do estudo originou o Mapa da Análise Espacial da Exclusão Social para o município.

No capítulo 3, objetivou-se destacar as principais características do programas assistenciais mantidos pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social. Assim, não foi objetivo no capítulo expor a forma como ocorrem as parcerias dos programas assistenciais municipais, nem o montante de recursos despendidos para

realização dos mesmos, já que não houve aqui a preocupação de uma análise orçamentária dos programas ou da Secretaria, assim como também não houve o interesse de expor o papel desempenhado pelos integrantes das equipes técnicas e de apoio de cada um dos programas mantidos.

Com o intuito de apontar o elo entre os programas de assistência e o mapeamento da exclusão, no capítulo 4, descreveu-se as principais dificuldades no desenvolvimento das políticas públicas de inclusão social em desenvolver seus programas, atender sua demanda de forma específica às áreas detectadas como socialmente excluídas no mapeamento para, então, verificar a eficácia do elo entre essas políticas de inclusão e as áreas excluídas socialmente.

Finalmente, na última parte, algumas notas conclusivas são apontadas a partir da análise desenvolvida ao longo da presente pesquisa.

1 CONCEPÇÕES A CERCA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Sawaia (2001), atribuiu-se a René Lenoir a criação do conceito de exclusão social, sendo ele o primeiro que considerou o fenômeno como sendo de ordem social, destacando como principal causa da exclusão social o rápido e desordenado processo de urbanização, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços.

Assim, o termo exclusão social surgiu na década de 1960. Entretanto, só a partir da crise dos anos 80 passou a ser intensamente utilizado, integrando discursos políticos. Mesmo assim, o conceito está longe de ser unívoco, estando muitas vezes relacionado às concepções de cidadania e integração social, normalmente empregado para designar a forma de apropriação dos frutos da riqueza de uma sociedade e do desenvolvimento econômico ou o processo de distanciamento do âmbito dos direitos, em especial dos direitos humanos.

Os processos de exclusão social no Brasil acontecem desde o período colonial, tornando-se ainda mais graves durante a ditadura militar. O pós-64 consolida o arcabouço político-institucional das políticas sociais e essas, segundo Tavares (2001, p. 155), tiveram como característica a:

[...] extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo, fragmentação institucional, exclusão da participação social e política da população nos processos decisórios, autofinanciamento dos investimentos social e privatização.

Nos anos 80, o "Estado desenvolvimentista"¹ esgota-se e, no início da década seguinte, houve o retorno da ortodoxia às políticas econômicas voltadas ao neoliberalismo. O Estado passou, então, a adotar políticas de contenção dos gastos públicos com cortes significativos na área social. O resultado maior dessas políticas neoliberais foi, principalmente, o desvirtuamento na alocação de recursos para as políticas sociais, havendo, de acordo com Tavares (2001, p.157), "[...] uma recessão, aumentando o desemprego e piorando a situação dos mais

¹ Padrão de crescimento econômico baseado no tripé Estado-capital estrangeiro-capital privado nacional, com surtos de crescimento e desenvolvimento.

carentes, desencadeou-se uma elevação da demanda por benefícios e serviços sociais [...]", além da redução no número de postos de trabalhos, paralelamente ao surgimento de um grande contingente de pessoas aptas ao trabalho, entretanto, sem o conseguir de fato.

Nesse sentido, o processo de exclusão social no Brasil foi produzido pelos novos processos produtivos em associação às políticas neoliberais e uma inserção submissa do país no mundo globalizado. Esses fatores contribuíram com o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e a queda da renda salarial média. As inovações tecnológicas, decorrentes da modernização recente dos processos produtivos, permitiram a flexibilização dos processos de montagem na produção de mercadorias e alteraram a idéia de produção em massa² e seriada, aumentando-se a exigência por trabalhadores mais qualificados. Com o neoliberalismo, o Estado diminuiu a intervenção também em políticas sociais, já que essas representavam déficit público e, a globalização, produziu efeitos devastadores na área social aumentando o desemprego e a desigualdade.

Entretanto, sem a pretensão de traçar o histórico do desenvolvimento da exclusão social nem de discutir as diversidades conceituais ou mesmo questionar a veracidade do mesmo, buscou-se levantar alguns conceitos de exclusão social apontando aquele mais apropriado para o desenvolvimento da presente pesquisa. Nesse sentido, para Wanderley (2001, p. 16):

[...] a exclusão social sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades de qualidade de vida.

Já em Spossatti (1996) *apud* Wanderley (2001, p. 20), conceitua-se a exclusão social como:

[...] Uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da exclusão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, a exclusão social e

² Modo de organização industrial caracterizado por baixos custos de produção, elevados volumes de produção, produtos padronizados e utilização de mão-de-obra de baixa qualificação. Teve sua fase marcante com o sistema fordista no período de 1863-1970.

não pessoal. Uma situação de privação coletiva, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representatividade política.

A exclusão social, assim, implica em privação, falta de recursos, ausência de cidadania, aqui entendida como a participação plena na sociedade nos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, econômico, político e social. Dessa forma, apresenta-se como um processo complexo e multifacetado, englobando dimensões materiais, políticas, de relações e subjetivas.

Ainda em busca de uma justificativa ao conceito de exclusão social para a presente pesquisa, faz-se necessário ressaltar que os fatores da exclusão social estão, inevitavelmente, ligados a fatores ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais, na origem das diversas formas de exclusão social. Esses fatores, como sugere Amaro (s.d), podem ser:

- de natureza estrutural, relacionados com o funcionamento global das sociedades, o tipo de sistema e modelo de desenvolvimento econômico, regras e imposições do sistema financeiro, estrutura e características das relações econômicas internacionais bem como suas estratégias transnacionais, valores e princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionantes do sistema político, modelos de comunicação e de informação e o processo de globalização;
- de âmbito local, situando-se no quadro das relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no cotidiano dos indivíduos, originadas em áreas como políticas autárquicas (se discriminatórias, no sentido negativo), características do mercado local de trabalho, modelos de funcionamento localizado dos organismos desconcentrados da administração pública, preconceitos sociais e culturais, normas e comportamentos locais, estratégias de exclusão de atores locais (incluindo as associações e outras organizações), e;
- de nível individual e familiar, que dependem de lacunas e fragilidade experimentadas nos percursos pessoais, de capacidades frustradas ou não valorizadas, de incidências negativas.

Pugam (1996) *apud* Lesbaupin (2000, p. 33) designa exclusão social como “[...] uma sobrevivência invisível e vergonhosa de uma população mantida à margem do progresso econômico e da ‘partilha’ dos benefícios”. Ainda em Lesbaupin (2000, p. 34), Nascimento (1994) refere-se à exclusão social como “[...] ruptura dos laços sociais de vínculos: vai desde a discriminação, passando pela perda de direito, até a ‘ausência de direito a ter direito’”.

O processo de exclusão social, nesses termos, muitas vezes dificulta que uma parte da população partilhe dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política.

De acordo com Amaro (s.d, p. 1):

[...] a exclusão social se exprime em seis dimensões principais do cotidiano real dos indivíduos:

- do **SER**, ou seja, da personalidade, da dignidade, da auto-estima e do auto-reconhecimento individual;
- do **ESTAR**, ou seja, das redes de pertença social, desde a família, às redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral;
- do **FAZER**, ou seja, das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social assenta na possibilidade de se auferir um rendimento traduzível em poder de compra e em estatuto de consumidor), quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado;
- do **CRIAR**, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projetos, de inventar e criar ações, quaisquer que elas sejam;
- do **SABER**, ou seja, do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente;
- do **TER**, ou seja, do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva (incluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo).

A exclusão social é, portanto, uma situação de não-realização de algumas ou de todas essas dimensões, e é com base nesse sentido de exclusão social que na presente pesquisa se constitui uma discussão acerca do conceito de exclusão social utilizados para desenvolvimento do Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente e para os projetos de assistência social mantidos pela Secretaria da Assistência Social da Prefeitura Municipal.

Embora haja, em alguns dos conceitos anteriormente apresentados, o insistente destaque ao fato da exclusão ser um fenômeno eminentemente social, (como em Spossatti, 1996 *apud* Wanderley, 2001) assume-se na presente pesquisa a exclusão do indivíduo, em todas as dimensões, conforme já citadas por Amaro (s.d.), como a causa e a consequência de haver uma sociedade excluída, abarcando, com isso, a necessidade do desenvolvimento individual do ser humano, bem como políticas públicas que tenham essa preocupação para, a partir de então, se tentar alterar o cenário de um grupo de indivíduos, ou seja, da sociedade.

Apesar do Mapa de Exclusão Social, o qual será detalhado a seguir, elaborado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Presidente Prudente) e utilizado na presente pesquisa, apontar a exclusão como social e apresentar sua ocorrência em bairros do município, pode-se perceber que nos programas de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, embora estejam voltados também ao atendimento a moradores dos bairros denominados excluídos, desenvolvem projetos voltados ao melhoramento do indivíduo, ou seja, preocupam-se com a formação individual de cada um dos habitantes como forma de alterar a realidade, através de cursos de capacitação e projetos (como é possível analisar-se mais detalhadamente no capítulo 3 da presente pesquisa); não busca, de maneira geral, a alteração da característica dos bairros e, sim, de seus habitantes que acabam por contribuir para formação dessa característica de socialmente excluídos.

2 UM DIAGNÓSTICO SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE

2.1 Contexto histórico do mapeamento prudentino

O objetivo no presente capítulo não foi o de questionar a forma de criação e desenvolvimento do trabalho realizado pela UNESP, mas sim, apontar os resultados por ele obtidos, sendo de importância fundamental para esta pesquisa a consequência do conjunto de mapas temáticos desenvolvidos pelos elaboradores do trabalho que originaram o mapa da Análise Espacial da Exclusão Social em Presidente Prudente.

De acordo com a Melazzo e Guimarães (2002), após a eleição municipal de 1996, a mudança de governo levou segmentos e grupos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente, entre esses o Laboratório de Geografia Humana (LAGHU), a estreitar e intensificar laços com a então nova administração pública do município.

A parceria entre o LAGHU e a Prefeitura Municipal resultou na elaboração e divulgação do Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente, apresentado em 1997, o qual utilizou como:

[...] elementos embaixadores e delineadores a metodologia de apuração, dimensionamento e análise da exclusão social desenvolvida pela assistente social Aldaíza Sposoti e o documento produzido pela equipe responsável do LAGHU, com parceria da Divisão de Estudos Sócio-econômicos da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 98).

O trabalho foi desenvolvido a pedido da então administração pública municipal que solicitou a conclusão do mesmo em um período de 100 dias (os primeiros da gestão) visando garantir a utilização desse mapa como “[...] instrumento de suporte às suas ações futuras” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002 p. 98). Com esse primeiro mapa, objetivou-se direcionar as medidas públicas

sociais aos setores que efetivamente fossem apontados como de maior necessidade por intermédio desse mapeamento.

Para o LAGHU, o desenvolvimento desse trabalho serviu como:

[...] um importante instrumento de planejamento das ações de governo, portanto, de orientação e instrução para tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, em diferentes escalas, níveis de atuação e das competências das diferentes secretarias municipais [...] (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 98).

O mapa de 1997 produziu alguns resultados importantes, embora tenha sido realizado com dados de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sendo que o projeto de mapeamento da exclusão social ainda continua em andamento e aprimoramento, visto que o objetivo do mesmo é uma contínua assessoria à tomada de decisão dos organismos públicos em busca de minimizar os problemas sociais locais. Uma versão atualizada do mapa foi publicada no ano 2000, com base nos dados do censo do IBGE de 1998, o qual é utilizado na presente pesquisa.

Essa versão, aqui utilizada, que resultou no mapa de Análise da Exclusão Social (também denominado na presente pesquisa por Mapa da Exclusão Social) trata-se de uma síntese de mapas parciais formados a partir da utilização de onze variáveis, descritas nas seções a seguir.

2.2 O trabalho “Sistema de Informações e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – SIMESPP” da FCT/UNESP (campus de Presidente Prudente)

O mapa de exclusão social de Presidente Prudente, aqui considerado como tal, encontra-se publicado no trabalho “Sistema de Informações para a Tomada de Decisão Municipal”, sendo oficialmente intitulado como Análise Espacial da Exclusão Social. Esse trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e conduzido pelo grupo “Sistema de Informações e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (SIMESPP)” da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, campus de Presidente Prudente. Esse trabalho tem buscado disponibilizar informações de

diferentes naturezas (sociais, econômicas e outras), oriundas de diferentes fontes de dados e informações (censos e/ou registros administrativos) e considerando diferentes recortes territoriais/escalas (Estados, Municípios, setores censitários entre outros).

Satisfazer a necessidade de informações que responda a perguntas sobre os processos de exclusão social geradas para diferentes escalas da realidade prudentina é o principal objetivo desse Sistema de Informação. Para atender a esse objetivo, o Sistema de Informação de mapeamento faz uso de ferramentas da cartografia temática. A pesquisa, ainda em aprimoramento, “[...] trata-se de uma análise situacional que procura subsidiar um processo permanente de formulação de propostas de intervenção, compartilhadas entre atores sociais envolvidos no planejamento” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 97).

Esse projeto desenvolvido pela UNESP, em sua primeira fase (1997), segundo Melazzo et al. (s.d., p. 8), procurou:

[...] integrar a equipe de pesquisadores, equipes parceiras, no caso composta por funcionários e equipe de governo da Prefeitura Municipal de Presidente, com a qual nasceu o projeto e também membros de conselhos municipais, organizações não-governamentais e outras.

A construção desse sistema de informação para tomada de decisão municipal priorizou fontes e bases de dados secundárias presentes em quaisquer cidades de pequeno e médio porte. Destacam-se, como fonte do sistema:

[...] as prefeituras, os órgãos da administração direta e indireta nos seus diferentes níveis de atuação (municipal, estadual, federal), prestadores de serviços públicos, universidades, entidades de caráter público ligadas às sociedades locais, organizações não-governamentais, entre outras. (MELAZZO et al., s.d., p. 9)

Quanto às bases de dados do estudo, fez-se uso de uma importante e variada quantidade de cadastros e registros de serviços e atendimentos, como: “[...] cadastros imobiliários, de emprego, de demanda e de uso de serviços públicos, de programas sociais, de endereços, etc., inclusive de sistemas de informação de âmbito nacional já implantados [...]” (MELAZZO et al., s.d., p. 9).

Assim, o sistema utilizado pela UNESP:

[...] processa dados georeferenciados com diferentes níveis de agregação/desagregação das informações; possui mecanismos de produção da informação clara, transparente e de fácil apreensão; garante o acesso das informações para quem gera os dados; possui um modelo de gerenciamento que assegura a consistência das variáveis trabalhadas e avalia permanentemente sua eficácia para auferir o grau exclusão social e assegura a atualização permanente das bases de dados (MELAZZO et al., s.d., p. 8).

O sistema de mapeamento foi escolhido como instrumento para analisar a exclusão social em Presidente Prudente e, para desenvolvimento do projeto, foi utilizado o programa MapInfo®, já que o mesmo encontrava-se disponível no laboratório onde o projeto se desenvolve e possui recursos para efetuar redistribuição territorial, consultas à banco de dados remotos e visualização múltipla de dados em formato de janelas de mapas, listagem e gráficos, além de exigir poucos recursos para implementação.

Realizado a partir de mapas parciais, o mapa síntese teve como base as variáveis entendidas por seus elaboradores como ferramentas fundamentais para análise da situação da exclusão social dos diferentes setores censitários, os quais “[...] correspondem à delimitação de uma área que compreende cerca de 250 domicílios, de acordo com a metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 99).

Tanto os mapas parciais quanto o mapa síntese foram elaborados com os mesmos procedimentos, a partir da organização dos bairros em setores censitários. Foram atribuídas notas a cada variável e organizadas em função desses conjuntos de notas segundo quartis. Os setores compostos por bairros, que receberam nota 0, foram considerados setores de inclusão social; os com nota 1, setores de inclusão social parcial; nota 2, setores de exclusão social parcial e; nota 3, setores de exclusão social.

2.3 O mapeamento da exclusão social em Presidente Prudente

Mapas, enquanto uma linguagem, corresponde a um instrumento auxiliador para desencadear significados consensuados da realidade sobre a qual se quer intervir.

No estudo desenvolvido pela UNESP, a proposta tem sido de utilizar o sistema de indicadores sociais georeferenciados para uso nas políticas públicas locais; por isso, o uso de um modelo que satisfaça às necessidades de informações e “[...] respondam a um conjunto de perguntas concretas sobre os processos de exclusão social e geradas para diferentes escalas da realidade local.” (MELAZZO et al. s.d., p. 5).

Segundo Melazzo et al. (s.d., p. 5)

[...] O mapeamento temático eletrônico é utilizado neste sistema como uma ferramenta que possibilita e facilita sobremaneira a visualização e a identificação rápida de fenômenos que apresentam um forte componente territorial, tal como o da exclusão social.

Cada um dos mapas temáticos sobre a exclusão social em Presidente Prudente publicado pela UNESP “[...] refere-se a um tema específico de maneira a comportar a multidimensionalidade da exclusão social”. Além disso, esses mapas “[...] respondem também, por sua vez, a grupos sociais específicos mais sujeitos a situações de risco e vulnerabilidade” (MELAZZO et al., s.d., p. 5).

Esses mapas temáticos (conforme anexos) territorializam as seguintes variáveis para formar o mapa da Análise Espacial da Exclusão Social: (i) desemprego; (ii) imóveis precários de até 70 m²; (iii) imóveis precários; (iv) imóveis de até 70 m²; (v) grandes proprietários de terras urbanas; (vi) cadastrados no programa de renda mínima; (vii) exclusão escolar; (viii) eventos sentinelas em saúde; (ix) transporte; (x) asfalto, e: (xi) destinação final do lixo.

Esses fenômenos foram escolhidos “[...] para mostrar a maneira como se manifesta à exclusão social, econômica e ambiental em Presidente Prudente” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 99). Mas, o que origina o mapa final é o fato de em “[...] mesmas áreas comparecerem de maneira destacada em todos (ou quase todos) os mapas [...]”, o que demonstrou a “[...] complexidade do fenômeno sob análise [...]” e permitiu observar que a “[...] exclusão social se concretiza a partir de um conjunto de carências em um mesmo território e população. [...] Ao

sintetizar o resultado de cada variável em cada setor censitário, o mapa final indica as áreas de atuação prioritárias para as políticas públicas de enfrentamento da exclusão“ (MELAZZO e GUIMARÃES 2002, p. 99), as quais são mais detalhadamente apresentadas adiante na presente pesquisa.

Para classificação dos mapas parciais, os elaboradores do trabalho dividiram a cidade de Presidente Prudente em setores, compostos, cada um, por diversos bairros. A classificação das diversas variáveis utilizadas nos mapas foi feita de forma quantitativa e qualitativa, subdivididas em grupos, por grau de acessibilidade, grau de necessidade e nível de exposição (como no caso dos resíduos sólidos). Na análise final dos resultados utilizou-se um critério de pontuação para classificar as áreas como sendo de inclusão social, inclusão social parcial, exclusão social parcial e de exclusão social.

Nas seções a seguir são apresentados os resultados individuais de cada mapa, de acordo como Melazzo e Guimarães (2002), conforme as variáveis citadas anteriormente.

2.3.1 Cadastrados à procura de emprego

O dado de cadastrados à procura de emprego foi utilizado na realização do mapa de exclusão, segundo seus elaboradores, pelo fato da situação de desemprego, subemprego, precariedade das condições e relações de trabalho causarem forte impacto, e até determinarem, as condições de exclusão social.

A construção desse primeiro mapa parcial fez uso do cadastro de serviço criado pela Secretaria Estadual de Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) e o escritório regional de Presidente Prudente no ano de 1999. Esse conjunto de dados registra diversas variáveis como sexo, escolaridade, estado civil, tempo de desemprego, cursos realizados, entre outros, para realização do cadastro. Com o intuito de analisar a distribuição espacial, os elaboradores do estudo da UNESP optaram por mapear o setor censitário de residência dos desempregados.

Analisando-se a demanda por trabalho, o estudo demonstrou progressividade negativa para essa variável do centro da cidade em direção às

periferias Norte e Leste de Presidente Prudente. A maior procura por emprego foi observada no Conjunto Habitacional Brasil Novo, situado na Zona Norte, e nos bairros Jardim Cambuci, Jardim Sumaré e Jardim Chácara Marisa, todos localizados na Zona Leste da cidade. O contraste é bastante grande quando se observa os setores censitários onde não há registros de cadastrados, como no caso das Zonas Sul e Oeste, além da área central.

Um fato importante do contraste social na cidade de Presidente Prudente é visível quando se compara a Zona Oeste, onde não foi encontrado nenhum registrado à procura de emprego, e a na Zona Leste, onde há um grande número de bairros com cerca de 364 cadastrados à procura de emprego.

2.3.2 Imóveis precários de até 70 m²

Os dados utilizados para elaboração desse segundo mapa parcial tiveram como base o Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal do ano de 1999, com atualização do recadastramento ocorrido em 1997/1998. A mesma base foi utilizada para criação dos 3 mapas seguintes para analisar a situação habitacional no município de Presidente Prudente. Foram considerados como precários os imóveis que não possuíam requisitos básicos como piso, banheiro interno ao domicílio, ausência de reboco e de fechamento de janelas e portas e mesmo tipo de material utilizado na construção do imóvel.

Para o estudo da UNESP, a condição de moradia foi considerada diretamente ligada à renda familiar e à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, por isso foi um item considerado de grande importância pelos pesquisadores, pois também se percebe, com a análise desse item, as possibilidades de acumulação de riqueza e a área de atuação das políticas públicas de habitação.

Assim, nesse mapa, a Zona Norte aparece com grande concentração de imóveis precários de até 70 m², principalmente nos bairros Conjunto Habitacional Brasil Novo, Humberto Salvador e Parque Alexandrina. As populações desses bairros são “[...] oriundas de programas de desfavelamento e projetos de lotes

urbanizados realizados pelo poder público municipal [...]” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002 p. 104). O Jardim Itapura, a Vila Flores e a Vila Líder também aparecem com grande concentração de imóveis precários de até 70 m², devido ao fato de serem “[...] bairros antigos e com parcelamento do solo irregular” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 104).

2.3.3 Imóveis precários

Para essa categorização de exclusão social, foram consideradas como “imóveis precários” as residências de madeira, em geral com estado de conservação inadequado, diferindo do mapa anterior por não conter a limitação de área construída de até 70m². O indicador, precariedade dos imóveis, assim, ajuda na formulação de políticas públicas voltadas à habitação e, ainda, combinado com outras informações pode mostrar situações de exclusão além de social (como a ambiental e a econômica) das características habitacionais de uma região.

A estudo desenvolvido pelo grupo da UNESP detectou como áreas de maiores incidências de imóveis precários os bairros da Zona Norte (Jardim Guanabara e Jardim São Francisco), da Zona Leste (Vila Flores, Vila Furquim, Vila Líder, Jardim Brasília, Jardim Planalto e Parque Alexandrina), da Zonas Sul (Jardim Califórnia), e da Zona Oeste, destacando-se o Jardim Monte Alto, que aparece com cerca de 150 imóveis nessas condições.

2.3.4 Imóveis de até 70 m²

Esse tipo de imóvel foi considerado como variável importante no estudo da UNESP sobre a exclusão social em Presidente Prudente uma vez que o proprietário de um único imóvel com essa área máxima de construção fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esse mapa parcial difere dos anteriores (imóveis precários de até 70 m² e imóveis precários) pelo fato de, aqui, considerar-se todos os imóveis de até 70m² sem distinção das condições habitacionais dos mesmos. Esse indicador auxiliou na qualificação do

“[...] parque imobiliário residencial” do município (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 108).

Nesse contexto, a Zona Norte aparece com o maior número de ocorrências dessa natureza de exclusão social que, assim como a Zona Leste, aparecem por motivo do “[...] padrão habitacional de uma área já consolidada e antiga” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 108).

2.3.5 Grandes proprietários de terras urbanas

Como terras de grande proporção no interior da área urbana de Presidente Prudente foram consideradas aquelas com mais de 10.000 m², já que os pesquisadores partiram do princípio de que “[...] a propriedade de terrenos dessa dimensão indica uma situação de inclusão econômica para seus proprietários” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 110).

A Zona Sul e a área central do município foram às regiões onde ocorreram mais casos de proprietários de grandes áreas urbanas. A correlação que se faz na pesquisa da UNESP é que “[...] a detenção de patrimônio imobiliário na magnitude trabalhada, acaba por significar a possibilidade de auferição de rendas elevadas e a conseqüente inclusão social e econômica” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 110).

2.3.6 Cadastrados no Programa de Garantia de Renda Mínima³

A base de dados utilizada para formulação do Programa possuía na época (1999) um cadastro de 3.023 famílias e, nesse cadastramento, constava o respectivo endereço, renda, famílias beneficiadas, valor do benefício e setor

censitário da residência. Segundo Melazzo e Guimarães (2002, p. 112) “[...] a base cartográfica utilizada associa a distribuição do evento aos setores censitário (IBGE)”.

Fez-se uso do cadastro o Programa de Renda Mínima, pois as informações contidas no mesmo apresentam grande potencial para a análise da exclusão social pelo fato de, através desses cadastros, os pesquisadores terem acesso aos valores auferidos como renda pelas famílias, suas condições de moradia e desemprego.

A Zona Leste teve o maior número de famílias cadastradas que se enquadram no perfil para atendimento pelo Programa. Esse mapa mostra ainda uma “[...] progressividade negativa, do centro para as periferias da Zona Norte e Leste [...]” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 112).

2.3.7 Exclusão escolar

Os pesquisadores fizeram uso dos dados organizados pelo Programa “Volte Prá Ficar”⁴, uma campanha que objetivava reintegrar à rede oficial de ensino as crianças, adolescentes e adultos. Foram identificados no banco de dados cerca de 1.236 indivíduos, dos quais 300 não puderam compor o banco de dados e apenas 936 foram mapeados.

Embora disperso por toda a cidade, o fenômeno da exclusão escolar apresentou uma maior concentração no Conjunto Habitacional Brasil Novo, na Vila Operária, no Jardim Chácara Marisa, no Jardim Paraíso, no Jardim Cambuci e no Jardim Sumaré.

2.3.8 Eventos Sentinela em Saúde

³ Esse programa integrou a pauta social do plano de governo da administração municipal de 1997 a 2000.

⁴ Programa organizado a partir de uma iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente, com apoio das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Cultura, Diretoria de Ensino e UNESP.

São eventos que tendem a não ocorrer quanto melhor forem as condições de vida dos indivíduos ou famílias e têm sido usados no processo de planejamento e formulação de políticas de saúde já que são eventos ligados à análise da epidemiologia.

A esses eventos foram correlacionados os dados de óbitos infantis, percebendo-se a incidência de ambos com freqüências nas mesmas áreas. Para Presidente Prudente, os pesquisadores levaram em conta os nascidos vivos de risco, os óbitos de jovens entre 10 e 19 anos por causas violentas e os óbitos infantis. Os dados utilizados tiveram como fonte o Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) ambos com base no ano de 1998.

A concentração dos eventos ocorreu com maior freqüência na Zona Leste (destacando-se os bairros Jardim Nova Planaltina, Jardim Chácara Marisa, Jardim Sumaré, Jardim Paraíso e Jardim Cambuci) e na Zona Norte (Conjunto Habitacional Brasil Novo).

2.3.9 Acessibilidade por transporte coletivo

A pesquisa desenvolvida pela UNESP considerou a freqüência dos ônibus de transporte coletivo em cada linha e a distribuição espacial da disponibilidade do serviço de transporte no município. O transporte foi considerado de grande importância já que afeta a qualidade de vida e sua ausência pode caracterizar exclusão seja de lazer ou serviços públicos em geral, assim como a dificuldade de movimentação “[...] acaba transformando o indivíduo em ‘prisioneiro’ de seu espaço mais imediato” (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 118).

Esse mapa de exclusão parcial foi criado a partir do trabalho de Sposito (1997) e utilizou, segundo seus elaboradores, o traçado e a freqüência dos veículos em cada linha para aferir a distribuição espacial da disponibilidade do serviço de transporte no município. Segundo Melazzo e Guimarães (2002, p. 118), “[...] foi criada uma faixa de 200 metros a partir do eixo de cada linha para que fosse possível visualizarmos a acessibilidade dos usuários às linhas e pontos

(microacessibilidade)”. Para cada variável dessas foi apurada uma nota de 0 a 4 para classificar os setores de acesso como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

O resultado desse mapa apresentou como péssima apenas a área onde se localiza o Parque Dahma. Entretanto, o mesmo trata-se de um bairro de classe com renda elevada e é condomínio fechado. No eixo Norte-Sul (avenidas Coronel Marcondes e Brasil) a condição é de boa para ótima qualidade, assim como o eixo Leste-Oeste (da avenida Manoel Goulart até o Jardim das Rosas). Embora os bairros Parque Primavera, na Zona Norte, e Vila Centenário e Vila Rainho, na Zona Leste, sejam considerados como periféricos, possuem bom grau de acessibilidade ao transporte coletivo. A área do Prudenshopping é considerada de acessibilidade ótima pelo mapa e as áreas da COHAB/CECAP e Jardim Meridional, ao longo da Rodovia Comendador Alberto Bonfiglioli, também são de bom acesso ao transporte coletivo público.

As áreas periféricas como os bairros Jardim Santa Fé, Morada do Sol, Novo Bongiovani, Barcelona, Cobral, Regina, Itapura II, Parque São Matheus e Conjunto Humberto Salvador, foram consideradas como de ruim acesso. Há, também, áreas interiores à malha urbana com acessibilidade ruim como são os casos dos bairros Vila Brasil, Vila Jesus e Jardim Santa Paula, além dos bairros Jardim Bongiovani e Jardim dos Pioneiros, que têm acesso regular, embora sejam cercados por áreas de boa acessibilidade.

2.3.10 Necessidade de asfalto

A necessidade de pavimentação asfáltica das ruas foi utilizada na construção do mapeamento devido à elevada demanda popular por esse serviço. Assim, a necessidade de asfalto foi caracterizada pela equipe de pesquisa como alta, pequena ou nenhuma. O desenvolvimento desse mapa parcial teve como base os dados as informações obtidas junto à Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), empresa responsável por esta infra-estrutura para o município, com base no ano de 2000. Os elaboradores, após mapearem as ruas não asfaltadas e as consolidarem para seus respectivos setores censitários,

classificaram esses em categorias como alta, pequena e de nenhuma necessidade de asfalto.

Novamente as áreas periféricas apresentaram-se como as mais carentes: Zona Leste (Jardins Chácara Marisa, Sumaré, Paraíso e Cambuci), Zona Norte (Conjunto Habitacional Brasil Novo, Humberto Salvador, Jardins Cobral e Novo Bongiovani) e o extremo Sudoeste da cidade (Conjunto Habitacional Ana Jacinta). As áreas com maior necessidade de asfalto coincidem com as de difícil acesso ao transporte urbano⁵, o que as caracteriza também como áreas de maior exclusão.

2.3.11 Nível de exposição aos resíduos sólidos

A base de dados para desenvolvimento desse mapa foi resultado da avaliação de 24 áreas que já foram utilizadas como deposição final do lixo em Presidente Prudente, desde 1923, e esses dados foram levantados por Manzini (1997)⁶.

A análise foi feita sob os aspectos do abastecimento de água, existência de rede de coleta de esgoto e destinação final dos resíduos sólidos. Entretanto, apenas a disposição final do lixo foi fator relevante, visto que a cidade apresenta “[...] 99% de cobertura na rede de água e 95% de rede de coleta de esgotos [...]”. (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 122).

O indicador “nível de exposição aos resíduos sólidos” foi escolhido por ser importante para o estudo da exclusão social devido a sua importância ambiental já que esses locais podem apresentar risco de explosão devido à formação de gases, como também pelos níveis de poluição do ar, do solo, da vegetação e das águas superficiais e subterrâneas através da formação de chorume⁷.

⁵ Com exceção do Residencial Dahma e do Parque Higienópolis

⁶ MANZZINI, E. T. De lixo em lixo em Presidente Prudente (SP): novas áreas, velhos problemas. Monografia (Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p.122).

⁷ O chorume é um líquido escuro contendo alta carga poluidora, resultado da decomposição dos resíduos sólidos, o que pode ocasionar diversos efeitos sobre o meio ambiente. O potencial de impacto deste efluente está relacionado com a alta concentração de matéria orgânica, reduzida biodegradabilidade, presença de metais pesados e de substâncias recalcitrantes.

Para elaboração desse mapa de exclusão parcial, os pesquisadores dividiram a deposição final do lixo em três fases:

[...] A primeira vai até 1960 e considerou-se que já não há mais conseqüências sanitárias ou ambientais significativas [...], na segunda de 1960-1980 considerou-se que não há implicação sanitária e sim ambiental. [...] E na terceira fase pós-80 levou-se em consideração o fato de que o lixo aumentou nos últimos anos devido à grande quantidade de materiais descartáveis e não biodegradáveis, o que tem levado a uma diminuição da vida; útil dos locais de deposição e uma busca, quase que permanente, por novas áreas (MELAZZO e GUIMARÃES, 2002, p. 122).

A área dos bairros Vila Angélica, Jardim Guanabara, Vila Operária, Parque Furquim, Vila Furquim, Jardim Santa Filomena e Jardim Itapura foram definidas pelo resultado do mapa como de mais elevados graus de exposição aos problemas sanitários e ambientais causados pela deposição inadequada do lixo.

2.3.12 Análise espacial da exclusão social

Finalmente, como mecanismo de se idealizar um mapa síntese, o resultado final da inter-relação dos mapas parciais foi obtido a partir da produção de notas para os setores censitários, os quais foram classificados em ordem crescente segundo essas notas. Conforme os demais, o mapa síntese foi elaborado através da organização dos setores e suas respectivas notas para cada variável e foi organizado de acordo com o conjunto dessas notas, segundo quartis. Os setores situados entre o primeiro e quarto quartil foram avaliados com notas de 0 a 3, sendo que, quanto menor a nota, mais socialmente incluída foi considerada a área, sendo o critério estabelecido no intuito de qualificar e diferenciar a situação social, econômica e ambiental das áreas da cidade.

O resultado da combinação das 11 variáveis anteriormente citadas, segundo Melazzo e Guimarães (2002, p. 125), apontaram para:

[...] - Uma significativa porção da área urbana avaliada como de inclusão, onde as variáveis analisadas não registram situação de risco, privação, precariedade e exclusão;

- a área considerada de inclusão parcial e exclusão parcial encontram-se dispersos. As situações intermediárias que aparecem, acabam por dificultar as intervenções necessárias sobre esses espaços;
- as áreas prioritárias para o enfrentamento da exclusão social localizam-se quase que integralmente nos limites periféricos norte e leste da malha urbana.

A Tabela 1 contém o resultado do mapeamento realizado, segundo a relação entre habitantes e setores censitários.

TABELA 1 – Relação entre habitantes e setores censitários, segundo análise da exclusão social para Presidente Prudente

Nota final	Classificação dos setores	Número de setores	Percentual de setores/total	População (em nº absoluto)	Percentual da pop. dos setores/total	Média de hab/setor
Zero	Inclusão	87	49,2	74.434	44,2	855,6
1	Inclusão Parcial	42	23,7	40.330	23,9	960,2
2	Exclusão Parcial	28	15,8	29.358	17,4	1.048,5
3	Exclusão	20	11,3	24.384	14,5	1.219,2
TOTAL		177	100,0	168.506	100,0	952,0

Fonte: IBGE/PP; Sistema de Informação para tomada de decisão municipal (SIGI) (2000) apud Melazzo e Guimarães. (2002, p. 126).

Assim, os dados da Tabela 1 demonstram que, no momento de sua publicação, em 2000, havia na cidade de Presidente Prudente cerca de 53.742 habitantes em situação de exclusão (parcial ou não), o que correspondia a 31,9% da população do município. Assim, o estudo dos mapas mostra a importância e necessidade de ampliar estudos como esse em vários municípios, principalmente, de pequeno e médio porte, para introduzir inovações na administração pública local.

No próximo capítulo, a título de investigação das ações sociais, apresenta-se uma exposição de como a Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente tem atendido a essas áreas caracterizadas como excluídas socialmente e quais têm sido as políticas públicas efetuadas para procurar reverter o quadro de exclusão social inicialmente apontado pelo estudo da UNESP para o município de Presidente Prudente.

3 OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE⁸

O objetivo, no presente capítulo, foi mostrar as políticas de inclusão social exercidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, bem como os locais onde são desenvolvidas as mesmas, além de destacar seu o público alvo e o sistema de seleção dos programas. Assim, tem-se o intuito de mostrar a dificuldades da Secretaria de Assistência para o desenvolvimento dessas políticas de inclusão.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente desenvolve várias políticas de inclusão social e, para isso, utiliza-se de variados recursos, os quais são mostrados a seguir. As informações acerca das políticas públicas sociais da Secretaria tratam do período de maio de 2004, obtidas na própria Secretária Municipal junto aos seus responsáveis.

Os Núcleos de Ação Comunitária, assim como os Centros de Educação para Cidadania são espaços físicos onde se desenvolvem as ações voltadas às áreas de exclusão social, escolhidas a partir do Mapa de Exclusão Social (discorrido anteriormente), com o objetivo de propiciar o atendimento aos necessitados que residem nessas áreas. São desenvolvidos, por esses núcleos, os projetos: Programa Renda Cidadã, Fortalecendo a Família, Projeto Criança Cidadã, Jovem Cidadão, Programa de Erradicação do Trabalho infantil e Cuidadores de idosos; os quais são detalhados no decorrer da presente pesquisa, enquanto outros projetos são desenvolvidos em espaços físicos cedidos por parceiros dos programas.

Os núcleos estão estabelecidos nos bairros Vale das Parreiras, Vila Iti, Jardim Brasília, Jardim Morada do Sol (Km 7), Brasil Novo, Jardim Itatiaia, Jardim Cambuci, Augusto de Paula e Alexandrina. A idéia se iniciou no Jardim Morada do Sol, em 1997, e, exceto o localizado no Jardim Cambuci, que ainda estava em construção no período da pesquisa (maio/2004), todos os demais estão em

⁸ As informações apresentadas neste capítulo foram obtidas através de material cedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, em maio de 2004, sobre os programas de assistência desenvolvidos.

funcionamento e, embora não terminado, as famílias do Jardim Cambuci são atendidas no núcleo do Jardim Brasília.

Os recursos para implementação dos núcleos e centro são oriundos da Prefeitura Municipal, sendo que os centros possuem convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com contrapartida da Prefeitura Municipal.

As políticas de inclusão social desenvolvidas pela Secretaria de Assistência estão descritas nas seções a seguir:

3.1 Projeto Jovem Cidadão

O programa atende adolescentes entre 14 e 18 anos de idade membros de famílias socialmente excluídas que participam do projeto até completarem 18 anos e 11 meses. O projeto busca oferecer atendimento que permita o retorno e o sucesso desses integrantes à escola formal e propicia a inserção em cursos de qualificação profissional.

O projeto se desenvolve nos Núcleos de Ação Comunitária, localizados nos bairros Parque Alexandrina, Morada do Sol, Jardim Brasília, Vila Iti, Vale das Parreiras e Ana Jacinta. Os integrantes do projeto participam de cursos de informática, línguas estrangeiras e desenho artístico, todos com intuito de ampliar as possibilidades de inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Os adolescentes freqüentam o Programa de Educação para o Trabalho/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (PET/SENAC).

O Projeto tem parceria com as Secretarias de Esporte, Cultura e Educação, sendo os integrantes selecionados ou indicados pelos Núcleos de acordo com a necessidade dos jovens, os quais fazem parte desses bairros onde é detectada a exclusão social.

3.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Desenvolvido desde 1999 pela Secretaria de Assistência Social, o projeto atende grupos infanto-juvenis, entre 7 e 14 anos, que se encontram em situação de risco, por estarem exercendo atividades nos Lixões do Município. O grande objetivo do programa é de buscar enriquecer o universo cultural desses jovens, para promover a inclusão social desse público atendido e erradicar o trabalho infanto-juvenil. O projeto desenvolve suas ações em período oposto ao da escola, oferecendo oficinas variadas que funcionam de segunda a quinta-feira.

O projeto oferece oficinas de esportes (natação, aulas de karatê e capoeira), de higiene e saúde (grupos de sexualidade, palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS, higiene pessoal entre outros), de informática, oficina de arte (com aulas de pinturas, construção de objetos com material recicláveis e aulas de coral), filmes educativos, resgate da auto-estima, auxílio-tarefa e acompanhamento escolar.

Dos atendidos pelo projeto, que tem meta de 50 pessoas (50% deles recebe bolsa de 1/3 do salário mínimo vigente), todos têm acompanhamento familiar individual, participam de reuniões sócio-educativas e recebem cestas básicas. O acompanhamento escolar é feito através de visitas a escolas, acompanhamento pelas fichas dos alunos, contato telefônico e relatório escolar.

A equipe que desenvolve o projeto é composta por 1 assistente social e 2 educadores, tendo como parceiros as famílias dos jovens, as Secretarias Municipais, escolas particulares, Organizações não-Governamentais (ONG's), SENAC, igrejas e empresários. Sem convênios firmados o projeto dispõe apenas de recursos exclusivos do município.

3.3 Projeto Desafio

Desenvolve atividades psicossociais individuais e em grupo, oficinas culturais de artes plásticas, fanfarra, confecção de fantoches e artesanato; passeios culturais em teatros, cinemas, bibliotecas, museu, planetário; cursos

profissionalizantes de informática, eletricista residencial; possui atividades esportivas na área de natação, futebol, voleibol entre outros esportes. Há, nesse projeto, também, acompanhamento escolar e atendimento às famílias.

Todas as atividades realizadas com os atendidos visam resgatar a auto-estima, alcançar o aprendizado de convivência em comunidade e formar indivíduos com censo crítico. O projeto está em atividade desde o ano de 2000 e é mantido pela Prefeitura Municipal, sendo que no ano de 2003 recebeu verba do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), mas somente para o período de agosto a dezembro do mesmo ano.

O público alvo constitui-se de crianças e adolescentes entre 12 e 17 anos, integrantes de famílias que habitam a área de exclusão social do município e estão vulneráveis à situação de risco extremo pessoal ou social, ou seja, estão vulneráveis às drogas, e com os direitos garantidos pelo Estatuto de Criança e do Adolescente violados. A seleção desses adolescentes é feita através de uma avaliação psicossocial realizada por uma assistente social e uma psicóloga; nessa, são avaliadas situações de vulnerabilidade às substâncias psicoativas⁹, situação de moradia, situação comportamental do adolescente em relação à comunidade local e à sociedade.

A equipe técnica que coloca o projeto em prática é composta pela diretora de departamento, psicóloga, educador social e assistente social, além de contar com uma equipe de apoio (merendeira, serviços gerais e motoristas). Os parceiros do projeto são ONG-SOS (Serviço de Obras Sociais), Secretarias Municipais, Ambulatório de Saúde Mental, Fundo Social de Solidariedade, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, UNESP, professores de artes plásticas e de capoeira. Embora seja desenvolvido no Jardim Estoril, o projeto atende à demanda de todas as partes da cidade.

3.4 Projeto Cuidadores de Idosos

Visa criar condições para que os idosos permaneçam em seu próprio domicílio com qualidade de vida. Para isso o projeto propicia ações que diminuam o isolamento e a inatividade. Atende cerca de 50 idosos a domicílio e teve início entre 1997 e 1998; conta com a parceria da Secretarias da Saúde, da Cultura e do Fundo Social e Solidariedade.

A equipe que compõe o projeto é de 6 assistentes sociais, 1 motorista e 10 cuidadores voluntários. Além de fazer visitas domiciliares, o projeto tem sede nos Núcleos do Jardim Brasília, Morada do Sol, Vila Iti, Vale das Parreiras, Parque Alexandrina, Jardim Itatiaia, Augusto de Paula e na própria Secretaria Municipal de Assistência Social. A seleção é feita através de visitas domiciliares ou encaminhamento aos núcleos feito por outros órgãos. Têm prioridade os idosos que residem sozinhos, não possuem aposentadoria, tem problemas de saúde e família carente sem condição de suprir às necessidades dos mesmos.

Há 73 vagas no projeto sendo, essas, distribuídas entre os núcleos já citados. A permanência dos idosos no projeto ocorre até que haja melhora no estado de saúde deles, entretanto, alguns permanecem até o óbito. Após se desligarem do projeto os idosos recebem visitas domiciliares mensais para acompanhamento. Dos 73 idosos que compõem o projeto, 23 recebem cesta básica e 50 deles recebia, até o momento da presente pesquisa, o valor de R\$ 69,00 por mês.

3.5 Projeto Criança Cidadã

Trata-se de uma ação de complementação escolar que atende crianças entre 7 e 14 anos, de forma descentralizada, nos 15 núcleos localizados nas áreas de exclusão social do município. As atividades desenvolvidas em cada centro acontecem de acordo com o interesse dos participantes e visa proporcionar conhecimentos e habilidades capazes de contribuir para que o

⁹Substâncias que causam dependência química, como as drogas e bebidas alcóolicas de qualquer espécie.

público alvo permaneça, regresse e tenha sucesso escolar. O projeto é administrado pela Secretaria de Assistência Social desde abril de 1997.

O projeto oferece oficinas variadas como atletismo, capoeira, laboratório de informática, orquestra e coral mirim, teatro, atividades de educação física, fanfarra, artesanato, futebol de salão e futebol. A meta de atendimento é de 1.200 crianças cujas famílias possuam renda per capita de até meio salário mínimo; esse número de atendidos está dividido em 55 turmas.

Com prática nos bairros Km 7, Montalvão, Parque Alexandrina, Brasil Novo, Jequitibás, Monte Alto, Cohab, Eldorado, Nochetti, Parreiras, Itapura, Vila Iti, Jardim Brasília e no espaço físico da Casa do Pequeno Trabalhador e Cidade da Criança. O projeto conta com uma equipe técnica de 6 assistentes sociais, 1 diretora de departamento de ação comunitária, 1 pedagogo, 30 educadores sociais, 1 professora de educação física, 1 administrativo, 2 inspetor de alunos, 5 cozinheiras, 6 serviços gerais, 2 atendentes e 1 motorista. Os parceiros do projeto são as Escolas Municipais e Estaduais, igrejas, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretarias Municipais de Educação e Saúde, CCAA (escola de línguas estrangeiras), Academia de Judô Nelson Morimoto, Amparo Social, Fundo Social e Conselho Tutelar.

Mantido com recursos municipais e estaduais insuficientes, as parcerias auxiliam no projeto através de cursos, palestras e concessão de espaços físicos.

3.6 Projeto Crescer

Atende adolescentes de 12 a 18 anos do sexo feminino, e são atendidas em médias 15 adolescentes e seus familiares. O objetivo do projeto é oferecer um espaço de acolhimento e valorização das adolescentes, oferecendo atendimento psicossocial.

Os maiores parceiros do projeto são as famílias dos atendidos, a escola e comunidade. Entretanto, auxiliam no desempenho do mesmo outros parceiros como o Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Conselho Tutelar, Delegacia de

Defesa da Mulher, Secretaria Municipal da Saúde, Esporte, Cultura e Educação, Coordenação Regional Pacto São Paulo e Departamento de Educação da UNESP.

As atividades exercidas nos projetos são: informática, oficina de teatro e dança, atividades artesanais, grupo de apoio psicossocial, oficina de culinária, salão de beleza, natação, capoeira e oficina de fantoches. A equipe técnica e de apoio é composta por 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicóloga, 3 educadores, 2 vigias, 1 motorista e 1 serviços gerais.

3.7 Projeto Alerta

Segundo a Secretaria de Assistência Social, o projeto recebe, orienta e acompanha os adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto, ou seja, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. A equipe técnica é composta por 1 assistente social e 1 psicóloga, sendo os parceiros do projeto a Fundação para o Bem-estar do Menor (FEBEM), as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, Hospital Universitário, Fundo Social de Solidariedade, Diretoria de Ensino e ONG's. São atendidos, em média, 35 adolescentes, sendo que esse número pode variar de acordo com o encaminhamento feito pelo Fórum, autores de ato infracional.

No caso de jovens em Liberdade Assistida, o encaminhamento ao projeto é feito pelo Fórum e o adolescente comparece acompanhado pelo responsável. Os encontros no projeto são semanais e há encontros em grupos uma vez por semana onde são discutidas regras, direitos e deveres no projeto, a adolescência, sexualidade, cidadania, apresentação pessoal e mercado de trabalho. São oferecidas aos jovens oficinas de pintura em vasos, máscaras de gesso, caixas decoradas, pintura em tela e pintura em gesso.

Na Prestação de Serviço à Comunidade, os adolescentes também são encaminhados pelo fórum e cumprem medidas estabelecidas pelo juiz na entidade. A cada quinze dias as famílias também são atendidas, também são

realizados relatórios com informações referentes ao cumprimento do programa por parte do adolescente.

Em funcionamento desde dezembro de 1997, o projeto é financiado pela Prefeitura Municipal e pela FEBEM, contando ainda com o apoio das Polícias Militar e Civil, e atende a toda a demanda e todos adolescentes com o mesmo perfil, independentemente da classe social.

3.8 Programa Sentinela

Envolve um conjunto de ações sociais para atender crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, com funcionamento de 24 horas por dia no Centro de Referência. O encaminhamento ao programa é feito por parte do Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Fórum, entre outros.

O número de atendidos é em torno de 50 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade. O programa oferece atendimento psicossocial às vítimas e familiares, cria condições para que os atendidos tenham seus direitos fundamentais garantidos através do acesso aos serviços públicos municipais de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e lazer.

No programa, há atendimento social individual, plantão de serviço social para as famílias, atendimento psicossocial individual e em grupo, aula de informática, natação, grupos de estudo e acompanhamento escolar. A equipe técnica e de apoio conta com 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicóloga, 3 educadores, 2 vigias, 1 motorista e 1 serviços gerais. Tem como parceiro o Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Conselho Tutelar, Delegacia de Defesa da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde, Cultura, Esporte e Educação, Coordenação Regional Pacto São Paulo, Departamento de Educação da UNESP, Fórum e Associação Educacional Toledo.

3.9 Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã

Implantado desde setembro de 2001, o programa tem parceria com o governo estadual e atende 120 famílias oferecendo um subsídio financeiro no valor de R\$ 60,00 por mês.

O critério de seleção das famílias baseia-se no desemprego, número de filhos, idosos e pessoas com deficiência na família. O programa tem usado como sede os Núcleos do Parque Alexandrina, Morada do Sol, Jardim Brasília, Vila Iti e Vale das Parreiras.

São desenvolvidas reuniões sócios-educativas com temas votados para a auto-estima, saúde, entre outros. No programa, há cursos de panificação, cabeleireiro, manicure, pedidure, depilação, arte, culinária e informática. Para realização dessas atividades o programa tem como parceiros as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte e Habitação, o Fundo de Solidariedade e o Conselho Tutelar.

3.10 Projeto Consolidando a Cidadania

O projeto é fruto da parceria entre a Secretaria de Assistência Social com o projeto de políticas públicas “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente”, elaborado pela FCT/UNESP de Presidente Prudente.

Tendo como público alvo os membros da Cooperativa de Produtos Recicláveis, o projeto desenvolve atividades como reuniões mensais com os cooperados, visitas domiciliares, visitas técnicas, implantação de locais para coleta do lixo reciclável (já separado), entre outras.

Há, em Presidente Prudente, cerca de 200 pessoas que sobrevivem da coleta e venda de materiais recolhidos no lixo. O projeto da FCT/UNESP deu origem à Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente

Prudente¹⁰ que é a demanda atendida pelo Projeto Consolidando a Cidadania. OS integrantes do projeto são na maioria moradores de bairros próximos a lixões, Jardim Sumaré, Jardim Itatiaia, Vila ITI, Jardim Planalto, Jardim Nova Planaltina, Vila Líder, Vila Aurélio, Parque José Rotta, Jardim Marisa, Jardim Santa Mônica, Jardim Paraíso, Parque Alvorada, Jardim Cambuci e outros.

A equipe do projeto é formada por profissionais das Secretarias Municipais da Assistência Social, Meio Ambiente, Saúde e Educação, PRUDENCO e UNESP. Os parceiros são a Prefeitura Municipal, Fundo Social De Solidariedade, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/FIESP), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Empresários, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e EGIRES¹¹/FAPESP/FCT-UNESP.

Entre os objetivos almejados pelo projeto estão, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (2004), a introdução da coleta seletiva de lixo em todas as repartições da administração direta e indireta e a formação e capacitação de técnicos, professores e pesquisadores na implantação de programas de educação ambiental.

3.11 Centro de Convivência

O Centro de Convivência atende em média 2000 pessoas por mês, no geral pessoas de ambos os sexos, de todas regiões do país e do próprio município. Com atendimento 24 horas/dia, o Centro possui 39 leitos (21 masculinos e 18 femininos) e os atendidos permanecem de 3 a 10 dias no local, sendo oferecidas aos alojados 5 refeições por dia.

A equipe de funcionários do Centro conta com 2 vigias, 3 serviços gerais, 5 cozinheiras, 1 segurança, 1 plantonista, 1 coordenadora, 1 assistente social e 1 atendente. Implantado desde 1968, o Centro de Convivência é conhecido como

¹⁰ A Cooperativa atende 29 cooperados e este número pode chegar a 35 cooperados. A estrutura da mesma é insuficiente para atender a um número maior de pessoas, segundo a própria Diretoria da Cooperativa.

¹¹ Grupo Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Presidente Prudente.

Centro de Referência do Migrante e População de Rua, Albergue Noturno e Casa de Passagem.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro têm caráter intersetorial com diversos órgãos municipais, realizando trabalhos de prevenção a DST/AIDS e os atendidos são encaminhados para Unidade Básica de Saúde, Hospitais, Secretaria do Trabalho, Casas de Recuperação, Fundo Social de Solidariedade, viabilização de documentos e concessão de passagens aos locais de destino dos usuários. Os recursos são provenientes das esferas estadual e municipal.

A seguir são apontadas as principais dificuldades encontradas na realização dos programas assistenciais e na integração das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social com os resultados apontados pelo mapeamento da exclusão realizado pela UNESP.

4 AS DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS ASSISTÊNCIAS E DO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL

Os programas sociais são “[...] pulverizados e utilizam-se de ações com distintas naturezas, no geral possuem caráter de emergência e são temporários, ou seja, raramente são desenvolvidos projetos sociais preventivos” (TAVARES, 2001, p. 284).

Para o reordenamento das políticas de assistência social faz-se necessário a

[...] definição das competências das diversas esferas do governo, com ênfase na descentralização e na necessidade de coordenação e integração dos programas e ações; recursos financeiros suficiente e adequados, nitidamente identificados e garantidos, mesmo proveniente de fontes diversificadas; e criação de mecanismos de participação e controle social (TAVARES, 2001, p. 285).

A erradicação da exclusão social implica num processo entre os excluídos e a sociedade a que pertencem. Nesse contexto, tal processo é denominado por Amaro (s.d) de integração, ou seja, um processo que viabilizaria o acesso dos excluídos às oportunidades como um todo sendo lhe permitido utiliza-las ou não e organização da sociedade de forma a oferecer essas oportunidades a todos, reforçando-as e tornando-as eqüitativas. Para isso, faz-se necessário, também, que sejam promovidas e reforçadas das capacidades e competências aos 6 níveis de exclusão anteriormente citados, as quais, segundo Amaro (s.d., p. 3) são:

- *competência do ser*: reforço de auto-estima e da dignidade;
- *competência do estar*: reativação ou criação das redes e dos laços familiares, de vizinhança e sociais mais gerais;
- *competência do fazer*: qualificação profissional, aprendizado de tarefas socialmente úteis;
- *competência do criar*: ligadas às capacidades empresariais, capacidade de sonhar e de concretizar alguns sonhos assumindo riscos e protagonizando iniciativas;

- *competência do saber*: escolarização, aprendizagens de saberes formais e informais, desenvolvimento de capacidade crítica e fundamentação das decisões e;
- *competência do ter* : acesso a um rendimento e sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos.

Entre os problemas para se alcançar resultados positivos com relação ao programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, com relação ao reforço dessas competências citadas, estão o atendimento à demanda enfrentado pela Secretária, ocorrendo, na maioria dos programas, uma demanda reprimida. O desenvolvimento dos programas enfrenta dificuldades com espaço físico e recursos financeiros insuficientes, o número de integrantes das equipes técnicas, em alguns projetos, é reduzido e prejudica o atendimento e o bom desenvolvimento das ações, além de não permitir que haja aumento no número de atendidos.

O fato de uma mesma pessoa usufruir vários programas pode também gerar exclusão, visto que alguns programas de assistência têm números limitados de atendidos e as limitações de verbas também impedem que todos necessitados sejam atendidos. Assim, o fato de vários bairros serem beneficiados por diversos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente mostra que, realmente, essas localidades apresentam um conjunto de necessidades que as caracterizam como uma área de exclusão social e que os programas assistenciais estão atendendo essas áreas com políticas de inclusão apresentadas anteriormente.

Segundo Tavares (2001), ao problema de superposição juntam-se os problemas de fragmentação institucional da política social, de financiamento, insuficiência de recursos (baixa qualificação e remuneração), declínio na qualidade de serviços, ausência de acompanhamento dos resultados desses programas bem como seus impactos e concepções e práticas que auxiliam a permanência das situações de exclusão como o tratamento do indivíduo como “assistido” e as programas assistenciais como “caridade pública”.

Os programas ainda enfrentam “barreiras” que dificultam o bom aproveitamento por parte dos atendidos, tais como: (i) a desvalorização da escola

pelos próprios atendidos e seus familiares; (ii) a permanência dos atendidos até o final do programa, alguns projetos têm inclusão permanente de atendidos; (iii) transporte insuficiente para todos os atendidos. A falta de vínculo familiar, de escolaridade, prática de atos ilícitos e prostituição, também dificultam o bom desempenho do atendido nos projetos. A articulação com redes de serviços e parcerias prejudica alguns dos projetos de inclusão social da Secretaria de Assistência; o tratamento de desintoxicação na região é fato prejudicial ao bom desenvolvimento de alguns projetos; além da dificuldade de inserir adolescentes no mercado de trabalho e reinserir esses adolescentes com sucesso na escola.

Apesar das limitações, a Secretaria Municipal de Assistência Social atende toda a demanda possível em seus programas de inclusão social. Entretanto, seus programas não são de caráter preventivo e atendem ao público excluído em busca de amenizar os problemas sociais por grupos, ou seja, seus programas são direcionados a crianças, adolescentes e idosos separadamente. E, embora tenham o Mapa de Exclusão Social como parâmetro para selecionar seu público alvo, alguns dos programas da Secretaria de Assistência Social não atendem exclusivamente a pessoas dessas áreas de exclusão.

Diante de tantas dificuldades o resultado do mapeamento deveria servir como um auxiliador na solução dos problemas enfrentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, facilitando a seleção dos atendidos através do seu diagnóstico e constante aprimoramento de dados; mas, o mapeamento da exclusão social também encontra dificuldades para sua realização e a constatação dos fatos de exclusão social como: (i) o desafio de compreender as especificidades da exclusão em cada setor censitário; (ii) conhecimento detalhado das áreas urbanas para evitar discursos homogêneos sobre as diferenças territoriais; (iii) captação e organização dos bancos de dados, já que os mesmos apresentam problemas como a falta de padronização, fragmentação e redundância das bases de dados e não sistematização da coleta e processamento.

Além dessas limitações, o desenvolvimento do mapa de exclusão social de Presidente Prudente também encontrou barreiras como restrição financeira, os problemas gerados com a diferença entre volume de financiamento solicitado e valores liberados (como diminuição do número de auxiliares de pesquisa, não

contratação de estagiários e a necessidade de suprimir a realização de pesquisa de campo). Entre essas, são marcantes na realização do mapeamento as dificuldades inter institucionais, de acesso a várias outras bases de dados existentes em diferentes pontos da Administração Municipal e outras instituições públicas e soluções de informática para desenvolver projetos dessa natureza.

Entretanto, com este estudo-diagnóstico, alguns pontos se mostraram relevantes para se compreender e detectar a intensidade do elo entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente como: (i) o fato de alguns programas assistenciais terem origem anterior à criação do Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente e outros programas que foram criados após o Mapa; (ii) na grande maioria dos projetos, o público-alvo atendido ter origem nos bairros detectados como socialmente excluídos pelo Mapa de Exclusão Social, paralelamente a outros projetos que não selecionam os atendidos por bairros excluídos, mas sim por perfis como de baixa renda, analfabetismo, prostituição infantil entre outros e; (iii) a construção dos núcleos de ação comunitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa, teve-se o objetivo de apresentar pontos que demonstrassem a intensidade do elo de relação entre o Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente e as políticas de inclusão social desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no entanto as conclusões, neste apresentadas, não são definitivas até porque o Mapa é um projeto em constante aprimoramento de informações e a Secretaria também sofre mudanças e adaptações de acordo com o desenvolvimento dos atendidos.

Os fenômenos que geram os socialmente excluídos compartilham causas e conseqüências de uma mesma fonte geradora, ou seja, uma sociedade incapaz de satisfazer às necessidades de todos os seus cidadãos, que se diz democrática, mas mostra-se discriminadora, além de um Estado que apresenta políticas sociais pouco eficazes, com limitações de recursos financeiros e de pessoal e sempre com caráter emergencial e temporário. O desafio está em buscar um modelo de políticas de inclusão social que combinem as novas exigências da economia urbana globalizada, com avanços tecnológicos excludentes, a regulação pública da produção das cidades e o enfrentamento do quadro de exclusão social com mais seriedade, oferecendo, além de políticas de inclusão social, políticas de precaução que evitem novos excluídos na sociedade, como a garantia de ensino fundamental, médio e inclusive superior de qualidade, programas de moradia, acesso à saúde e geração de emprego à sociedade como um todo.

É fato que tem sido desempenhado pelo Estado o papel de enfrentar a exclusão em um sentido mais amplo de não acesso ao trabalho, à saúde, educação, lazer, moradia e cultura. Entretanto, é necessária a atuação do Estado no sentido de promover o crescimento econômico com desenvolvimento e distribuição de renda. Faz-se necessário, também, uma reforma no Estado para investir na universalização das políticas de redistribuição de renda e riqueza e no combate a setorialização e políticas isoladas para que não haja perda de sinergia e multiplicação dos gastos burocráticos.

Essas ações gerariam um atendimento de sucesso a necessitados de políticas de inclusão social, o qual poderia ser garantido com incentivo à rede de

município, já que essa esfera do poder público está mais apta para monitorar os processos de proteção social. Os pontos fundamentais das políticas oferecidas aos socialmente excluídos estão ligados também a oferecer renda básica proporcional ao custo de vida local, não criar grupos de excluídos (jovens, velhos, crianças) para não sobrecarregar a operacionalização dos programas e evitar que apenas crianças sejam alvos de ações de inclusão social.

As políticas de inclusão não devem ser direcionadas apenas ao combate à falta de renda. É necessário atentar aos aspectos culturais, políticos, urbanos e sociais, por isso a importância de detectar a necessidade de cada área da cidade e também da sociedade em geral e oferecer políticas que sanem ou ao menos amenizem a situação dos necessitados. A ação do governo federal é indispensável, mas os governos locais devem ter o papel de propor idéias que se tornem nacionais. O desenvolvimento dessas idéias, de âmbito mais local, favorece e prioriza a auto-estima, os desejos e o universo simbólico da população necessitada devido ao contato próximo da sociedade com os governantes.

Dentro desse contexto de ações locais, destaca-se a importância do mapeamento da exclusão social prudentina. Mas, mesmo o Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente ter sido criado com objetivo de direcionar as políticas de inclusão social às áreas que realmente fossem compostas por socialmente excluídos, alguns projetos não fazem uso desse recurso para priorizar o atendimento à população.

O Mapa de Exclusão foi estabelecido segundo setores que são compostos por bairros, enquanto os programas estão direcionados exclusivamente a bairros sem a preocupação de quais setores esses integram, nem qual tipo de exclusão foi detectada nos bairros desse setor pelo Mapa de Exclusão Social. O Mapa, também, estabeleceu as áreas excluídas segundo um conjunto de necessidades da sociedade detectadas por localidade e por números de ocorrência de um mesmo tipo de exclusão, como necessidade de asfalto, acessibilidade de transporte coletivo, cadastrados a procura de emprego, imóveis precários entre outros, sendo que alguns dos programas selecionam os atendidos segundo a necessidade desses, sem importar o local de habitação do atendido, como por exemplo, o Programa Sentinela e o Projeto Alerta. Cada programa atende a uma

faixa etária e oferece atendimento diferenciado conforme a necessidade e o perfil do atendido.

Um dos poucos fatos que apontam para um elo entre o mapa e os programas assistenciais está na construção dos núcleos de ação comunitária nos bairros detectados pelo mapeamento como socialmente excluídos, demonstrando um impacto imediato nas políticas públicas, e a utilização do mapeamento, segundo seus próprios elaboradores, para aplicação dos projetos Volte Pró Ficar, PETI, Jovem Cidadão e Criança Cidadã.

Apesar de trabalhos divulgados pelos elaboradores do mapa afirmarem que o seu conteúdo e os resultados obtidos são disseminados e discutidos em diversas Secretarias da Prefeitura Municipal, foi possível constatar no decorrer desta pesquisa, que esse processo na verdade é superficial e insuficiente para os profissionais conhecerem de maneira complexa o mapeamento e suas aplicações. A fragilidade desse elo é bastante clara, visto que os funcionários da Secretaria de Assistência Social, os quais exercem na prática os programas assistenciais, não possuem conhecimento da metodologia de elaboração dos mapas e nem a origem do banco de dados utilizados para criação dos mesmos.

Não há conhecimento, por parte da Secretaria de Assistência Social, das atualizações realizadas constantemente nos resultados do Mapa, nem há uma troca periódica de informações quanto aos resultados obtidos por essa Secretaria com os programas, o que colaboraria muito para o acompanhamento do grau de exclusão nos bairros onde os programas de desenvolvem e, principalmente, para o acompanhamento dos assistidos.

Para uma maior integração do elo entre os programas assistenciais e o Mapa da Exclusão Social faz-se necessário, num primeiro momento, um novo contato entre Secretaria de Assistência Social e elaboradores do Mapa, só que desta vez mais longo e proveitoso, no sentido de: (i) integrar e informar os responsáveis pela aplicação dos programas quanto à metodologia utilizada para criação do mapa; (ii) os resultados obtidos com o mesmo; (iii) a origem dos bancos de dados e suas atualizações. Após o esclarecimento de dúvidas, para reforço do elo, seria proveitosa a realização de reuniões periódicas entre ambos, com intuito dos elaboradores estarem constantemente informados quanto aos resultados dos programas para acompanharem as mudanças no perfil da

exclusão dos bairros e dos assistidos, para que, verdadeiramente, os mapas estejam sempre apontando a exclusão específica de cada localidade.

O contato permanente entre elaboradores e a Secretaria é o fator fundamental para fortalecimento do elo entre ambos e é também a garantia de que as políticas sociais sejam direcionadas de maneira específica às áreas excluídas de acordo com sua real necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, R. R. **A exclusão social hoje**. Instituto São Tomás de Aquino. Disponível em: <http://www.triplov.com/lista/cadernos/cad_09/amaro.html>. Acesso em: 15 de fev. 2004.

DOWBOR, L. **A reprodução social**: proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELAZZO, E. S; GUIMARÃES, R. B. (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: GAsPERR/CT/UNESP, 2002. 164p.: il.; 21cm.

MELAZZO, E. S. **O mapa da exclusão social**. Palestra. Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo". Fita 72 min.

MELAZZO, E. S. et al. **Proposta de Sistema de Indicadores Sociais Georeferenciados para o Planejamento E A Gestão Local**. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br>>. Acesso em: 06 de maio 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria de Assistência Social. **Informativos dos programas sociais para o município de Presidente Prudente**. Mimeografado

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

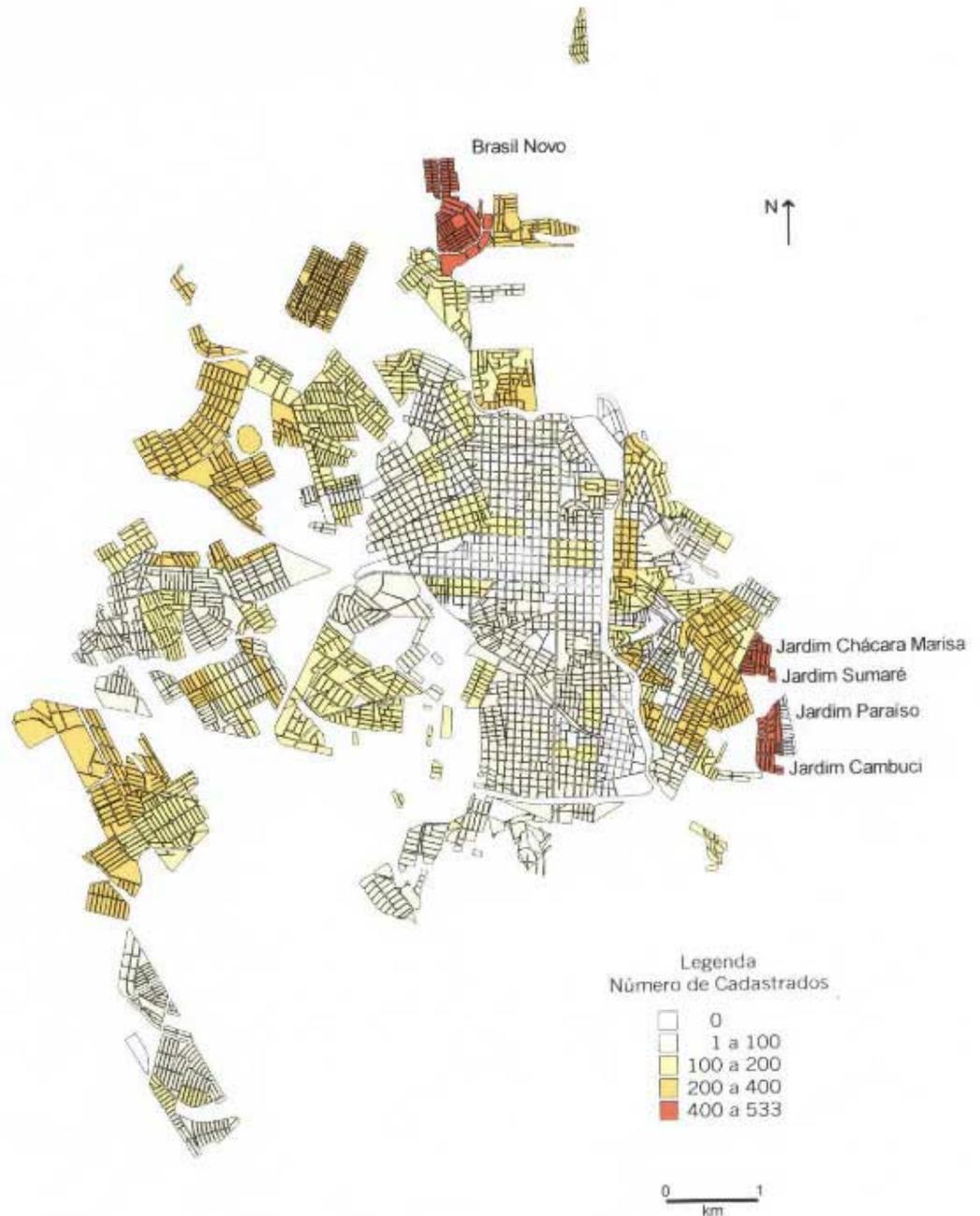
SPOSITO, E. S. **Ponto por ponto**: o transporte coletivo em Presidente Prudente. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Relatório de Pesquisa).

TAVARES, L. R. S. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a exclusão social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANEXO A – RELAÇÃO DOS MAPAS TEMÁTICOS DA EXCLUSÃO SOCIAL

MAPA 1 - PRESIDENTE PRUDENTE
CADASTRADOS A PROCURA DE EMPREGO



Fonte: SERT/PP, 1999

Organizadores:

Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo.

Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:

Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo

e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas

Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada

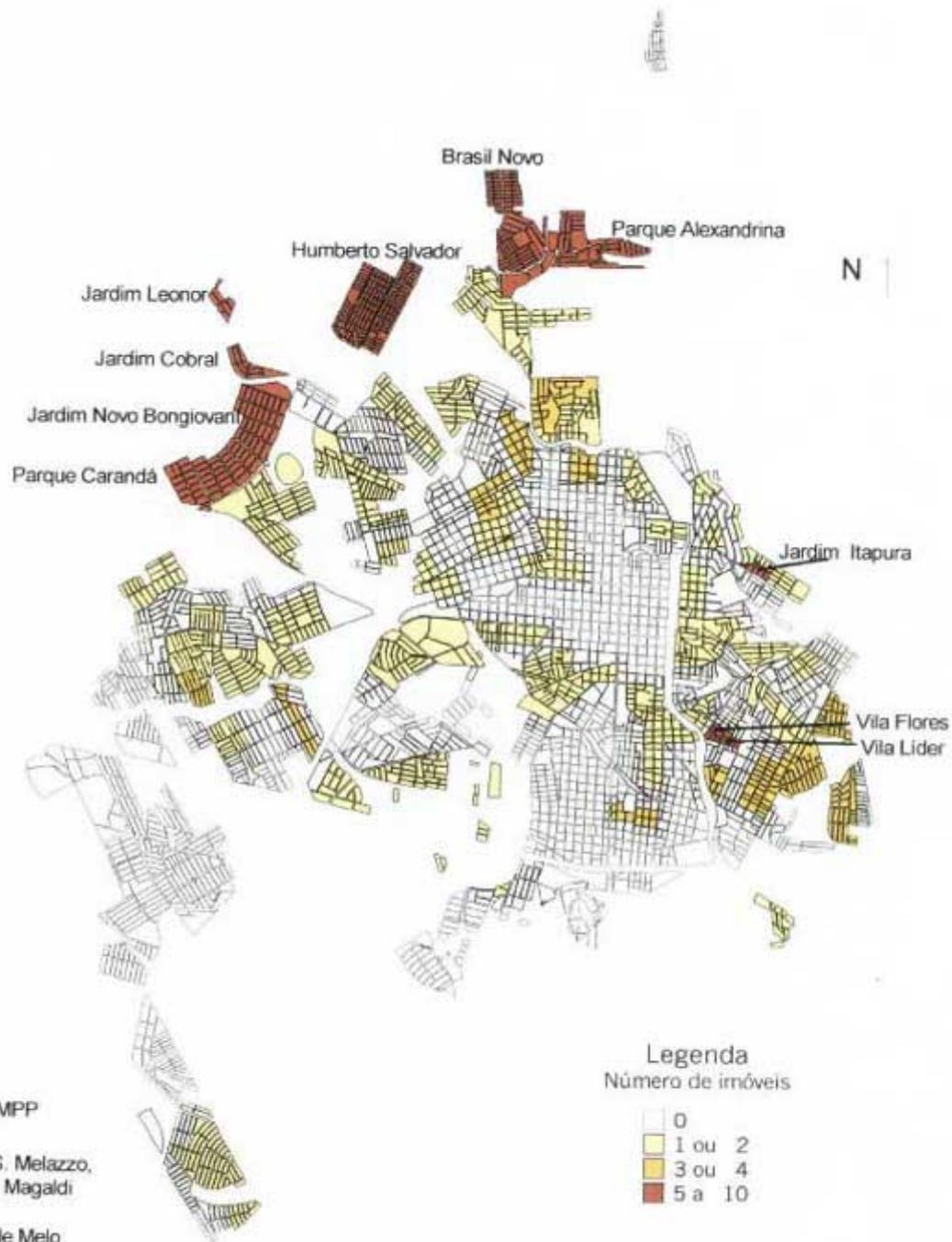
de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savério Spósito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP

Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 1 - PRESIDENTE PRUDENTE
IMÓVEIS PRECÁRIOS DE ATÉ 70 m²



Fonte: Cadastro Imobiliário / PMPP

Organizadores:

Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:

Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas

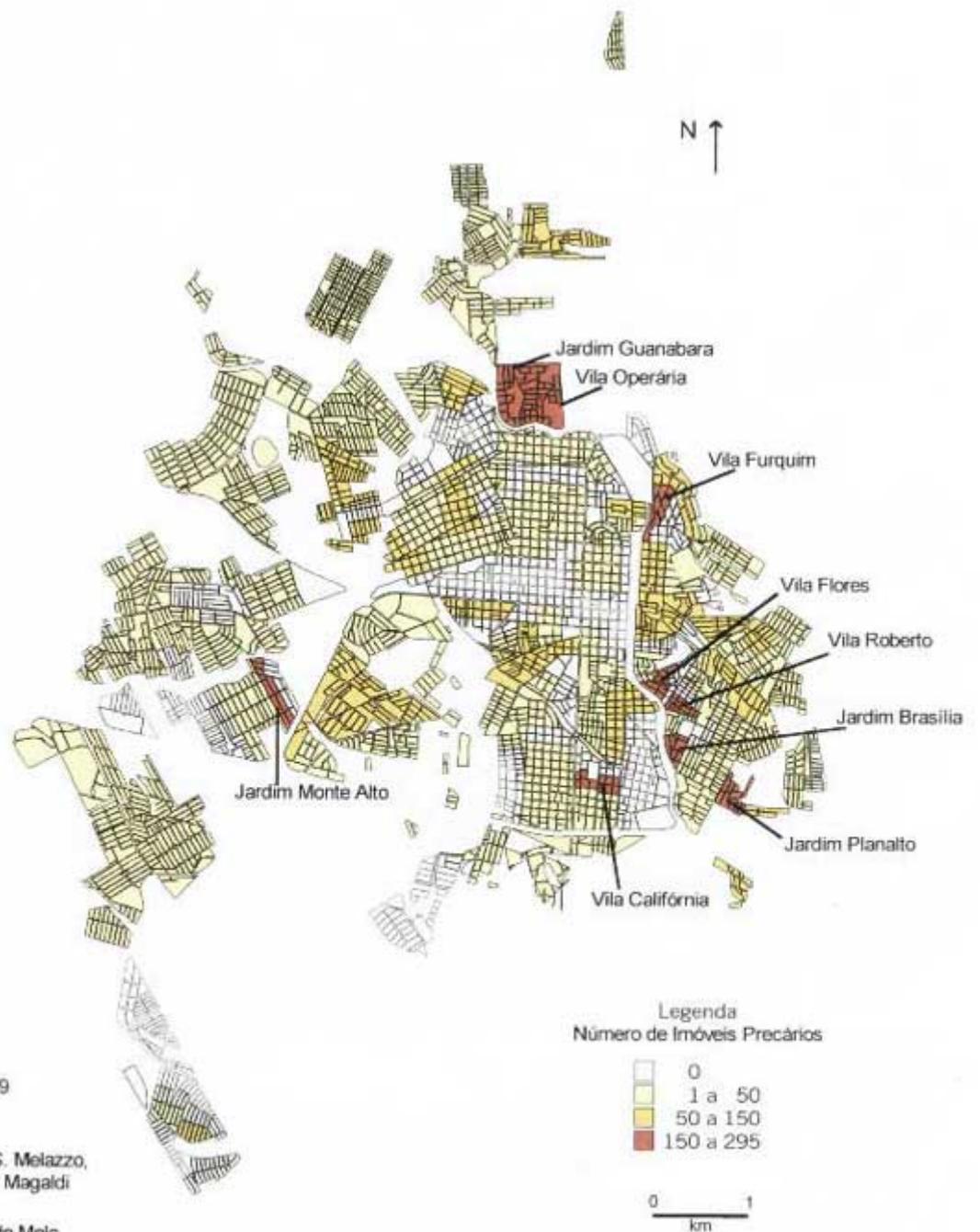
Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savério Spósito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP

Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 2.1 - PRESIDENTE PRUDENTE
IMÓVEIS PRECÁRIOS



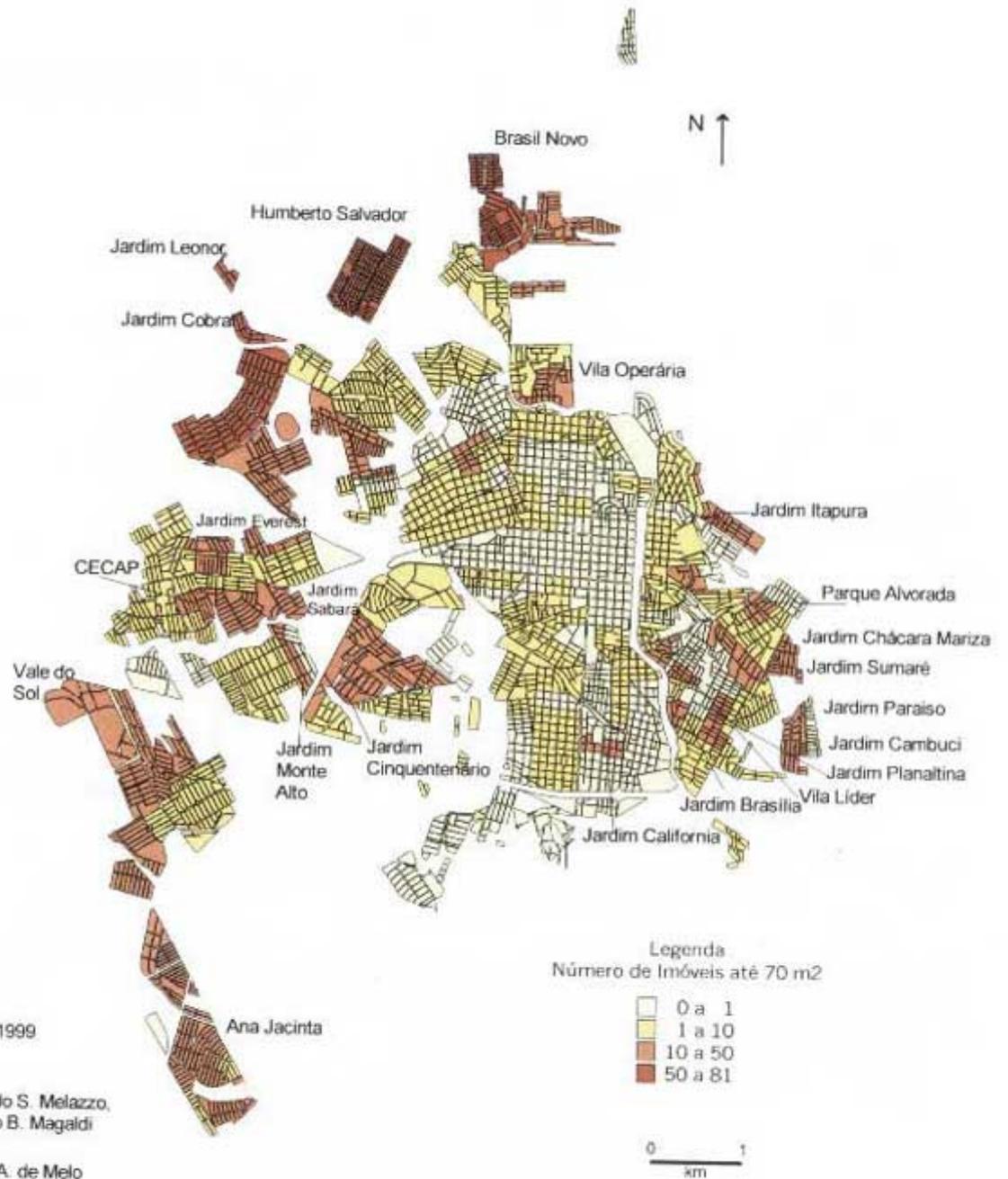
Fonte: Cadastro Imobiliário, 1999
SEPLAN/PMPP

Organizadores:
Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:
Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas
Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)
Eliseu Savério Spósito (coordenador)
Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 2.2 - PRESIDENTE PRUDENTE
IMÓVEIS ATÉ 70 M2



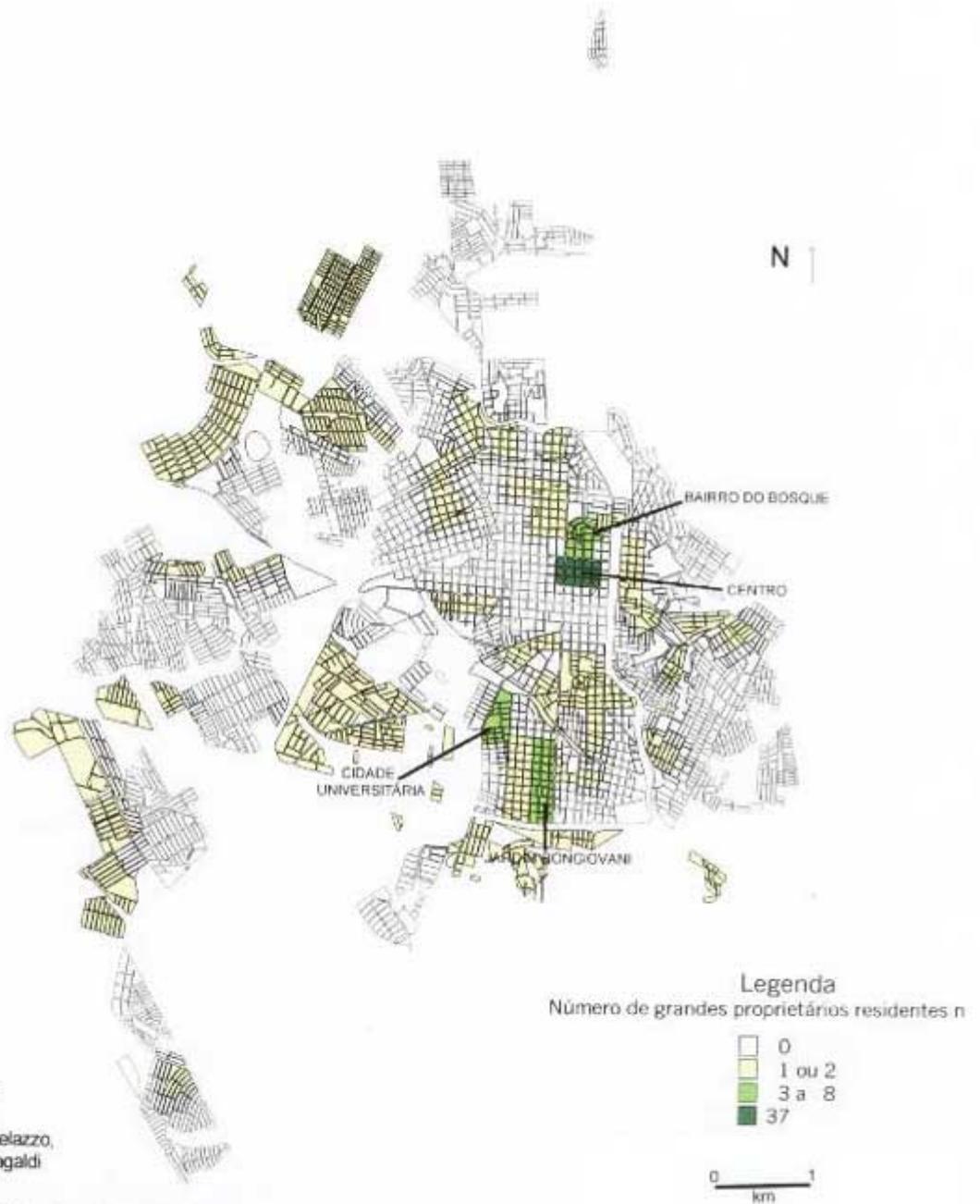
Fonte: Cadastro Imobiliário, 1999
 SEPLAN/PMPP

Organizadores:
 Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
 Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:
 Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
 e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas
 Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
 de decisão municipal (SIGI)
 Eliseu Savério Spósito (coordenador)
 Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 3 - PRESIDENTE PRUDENTE
GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS URBANAS



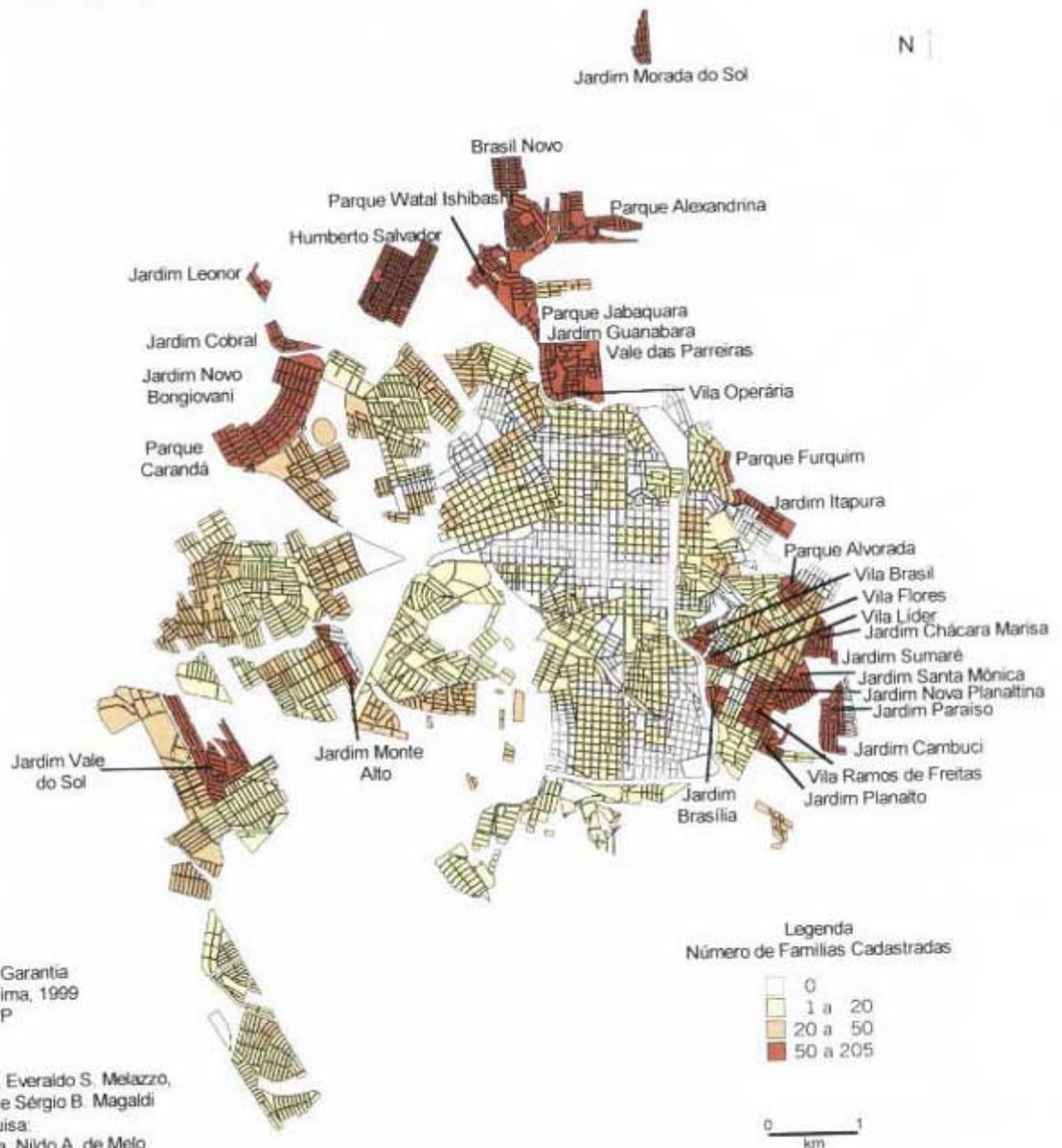
Fonte: Cadastro Imobiliário/PMPP
Organizadores:
Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Equipe de Pesquisa:
Cláudio J. de Souza, Nildo A. de Melo e Rose M. do Nascimento

Órgão Financiador: FAPESP/Programa Políticas Públicas
Eliseu S. Spósito (coordenador)

Realização: Convênio LAGHU (FCT- UNESP)/PMPP
Presidente Prudente, abril de 2000

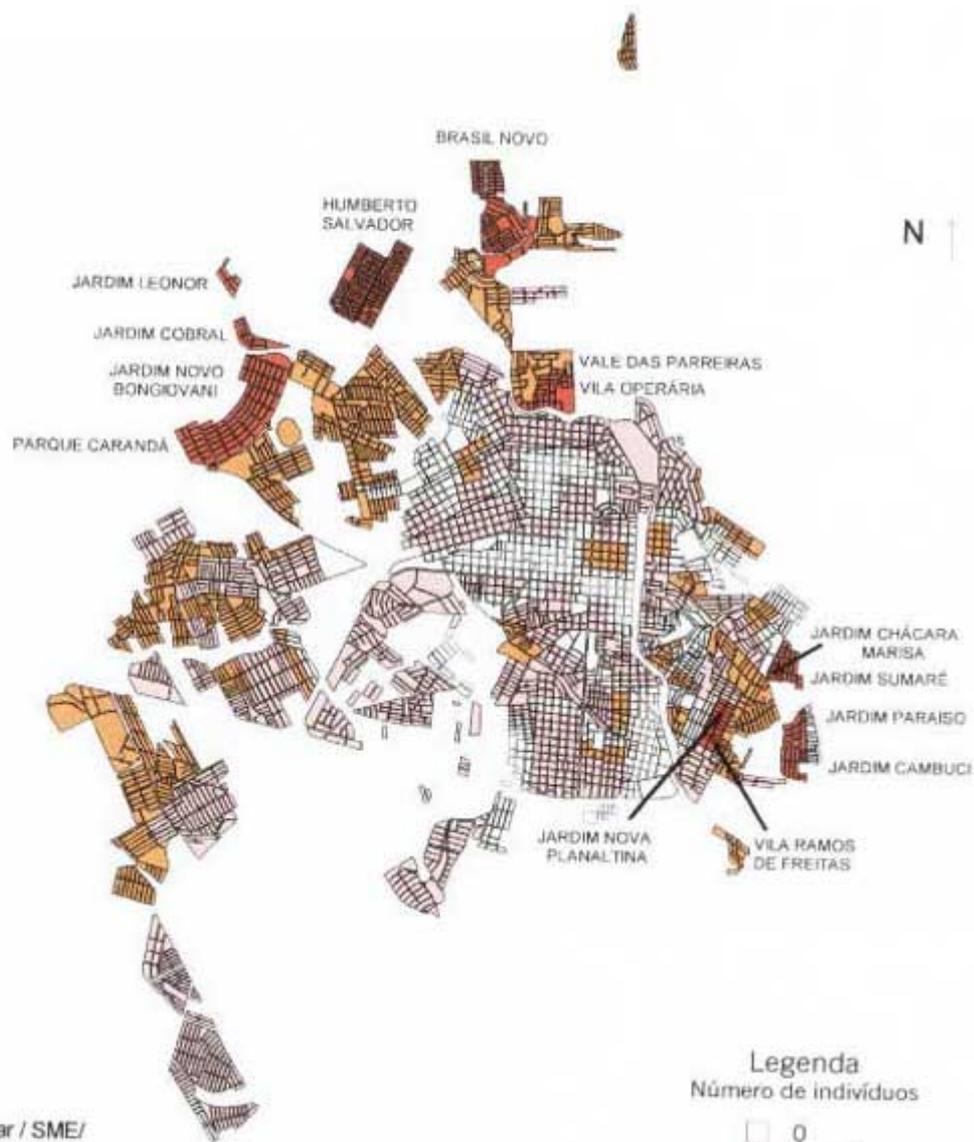
MAPA 4 - PRESIDENTE PRUDENTE
**CADASTRADOS NO PROGRAMA DE
 GARANTIA DE RENDA MÍNIMA**



Fonte: Programa de Garantia de Renda Mínima, 1999
 SMAS / PMPP

Organizadores:
 Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
 Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi
 Auxiliares de Pesquisa:
 Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
 e Rose M. do Nascimento
 Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas
 Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
 de decisão municipal (SIGI)
 Eliseu Savério Spósito (coordenador)
 Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP
 Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 5- PRESIDENTE PRUDENTE
**EXCLUSÃO ESCOLAR POR SETOR CENSITÁRIO
 CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA**



Legenda
 Número de indivíduos



Fonte: Programa Volte para Ficar / SME/ PMPP

Organizadores:
 Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
 Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

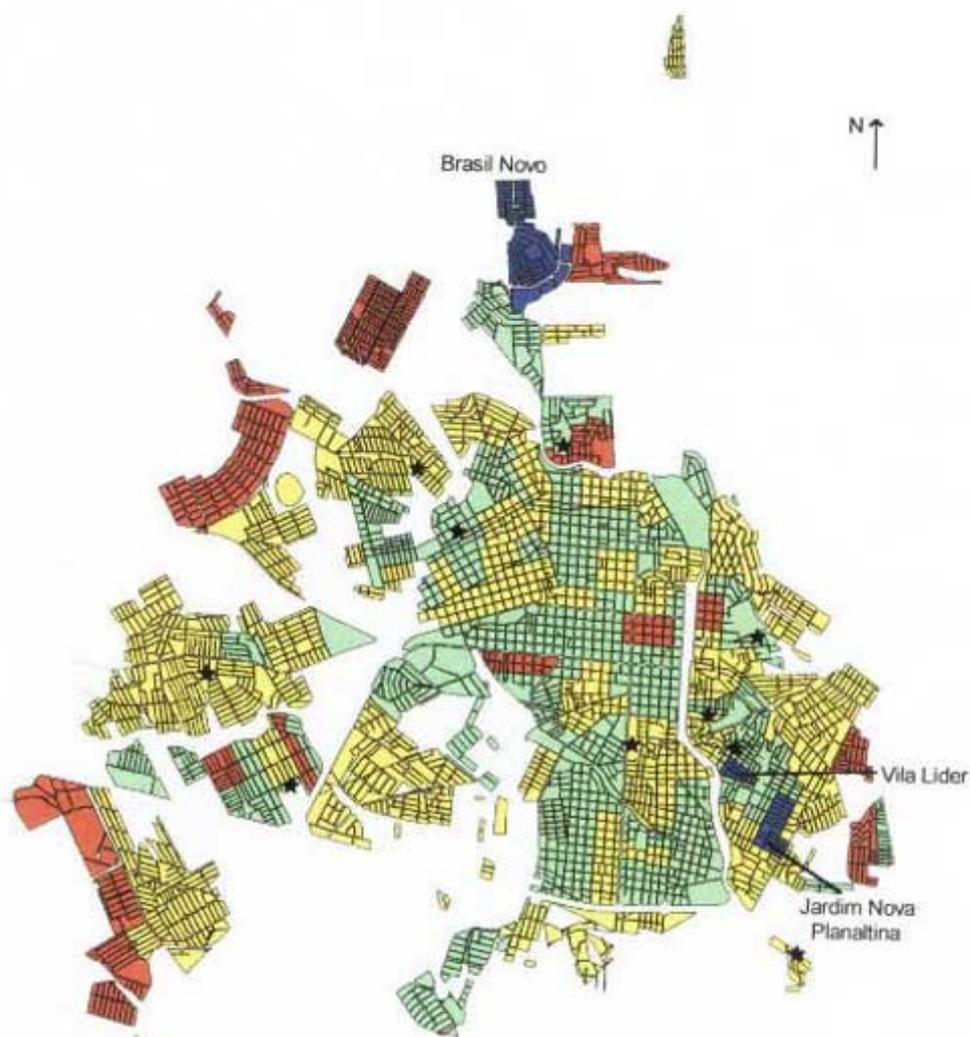
Auxiliares de Pesquisa:
 Cláudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
 e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas
 Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
 de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savério Spósito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP
 Presidente Prudente, abril de 2000.

MAPA 6 - PRESIDENTE PRUDENTE
EVENTOS SENTINELA EM SAÚDE



Fonte: SIM e SINASC 98
Organizadores:
Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi
Auxiliares de Pesquisa:
Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
e Rose M. do Nascimento
Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas
Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)
Eliseu Savério Spósito (coordenador)
Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP
Presidente Prudente, abril de 2000

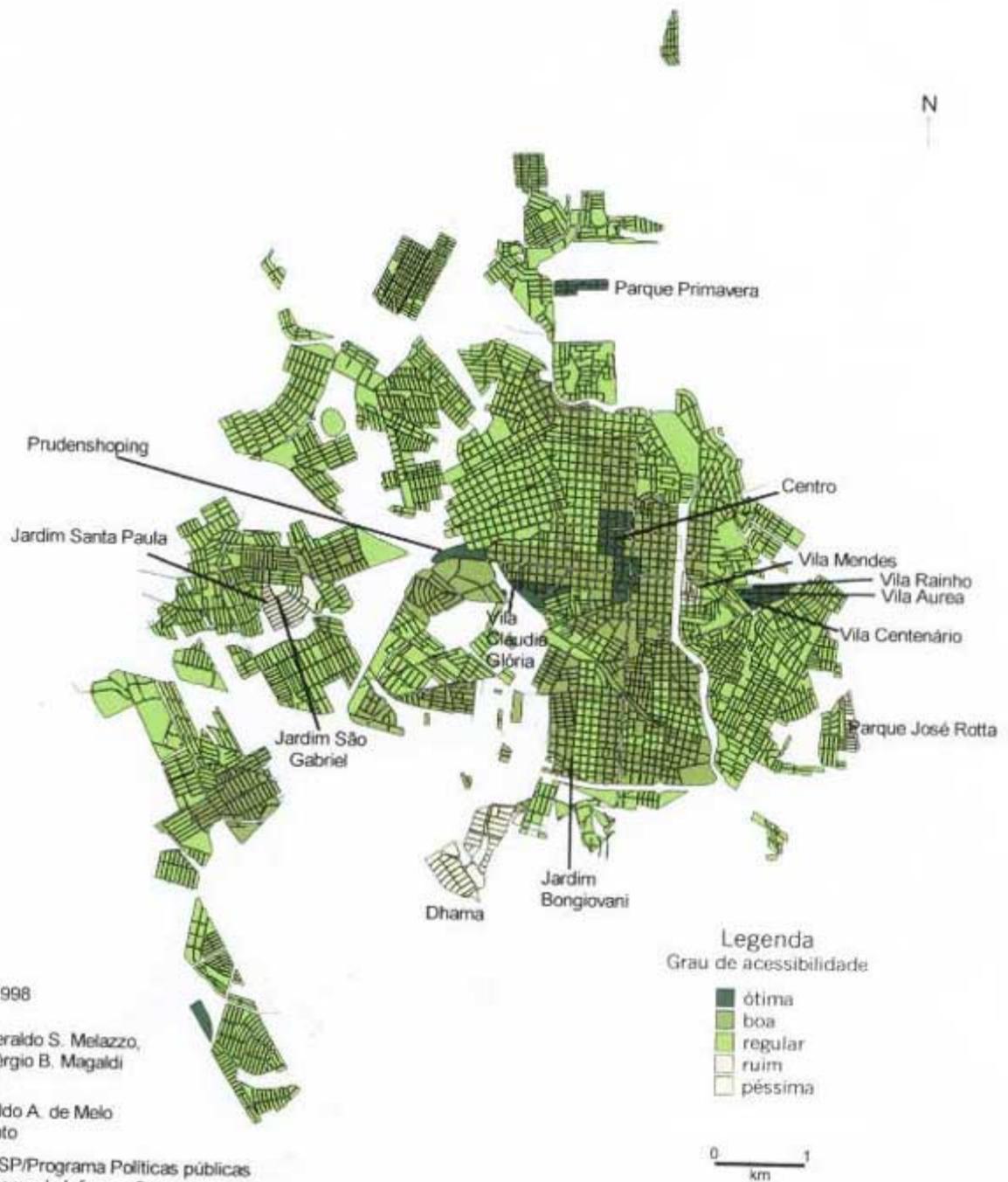
Legenda
número de eventos
0
1 a 3
4 e 5
6 a 10

nascidos de risco e óbito infantil neonatal
e de jovens de 10 a 19 anos por causas violentas

★ Unidades Básicas de Saúde



MAPA 7 - PRESIDENTE PRUDENTE
ACESSIBILIDADE POR TRANSPORTE COLETIVO



Fonte: Eliseu Sposito, 1998

Organizadores:

Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,
Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:

Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo
e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas

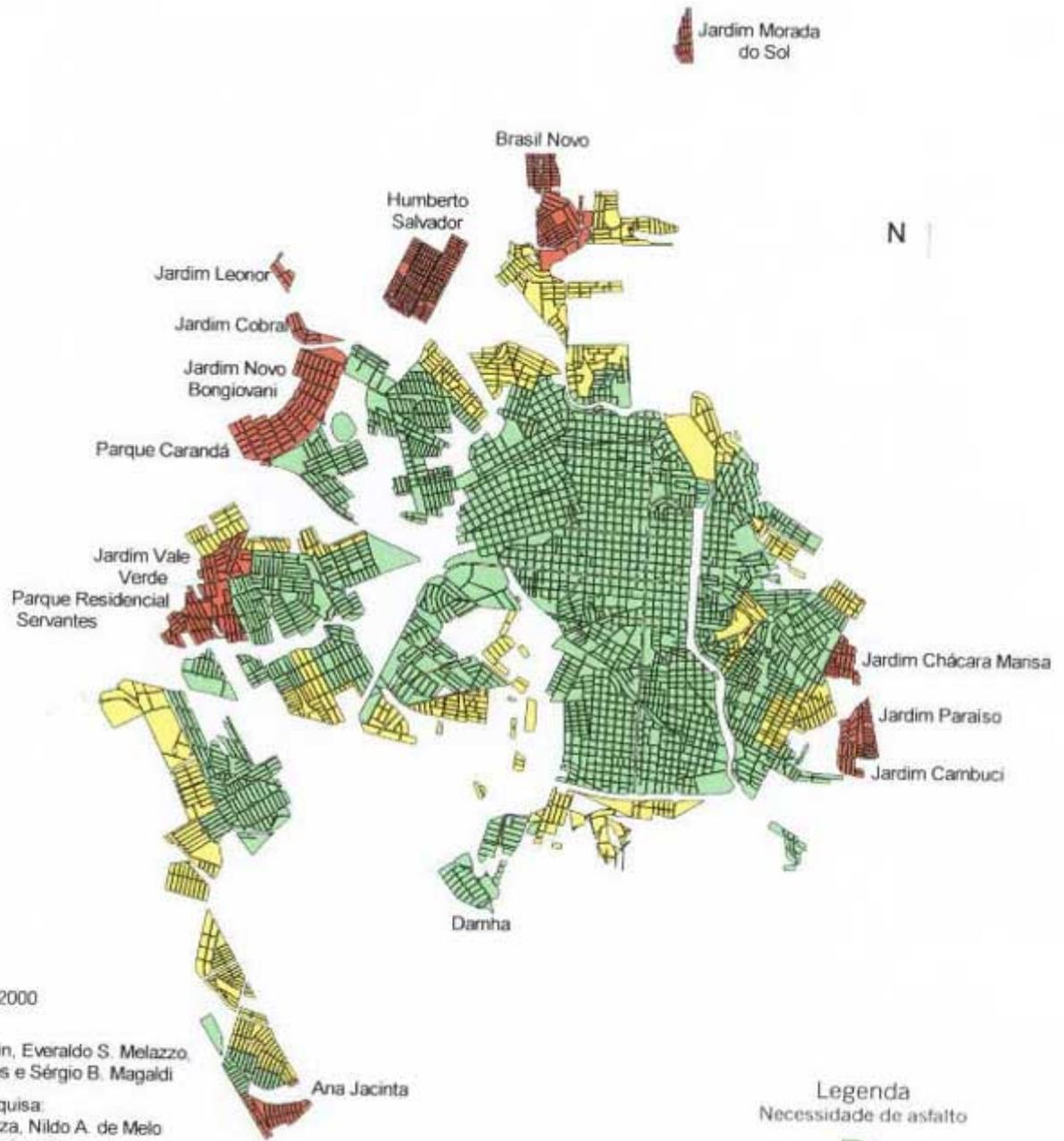
Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savério Sposito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP

Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 8 - PRESIDENTE PRUDENTE
NECESSIDADE DE ASFALTO



Fonte: Prudencio 2000

Organizadores:

Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo

Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:

Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo

e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas

Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savério Spósito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP

Presidente Prudente, abril de 2000

Legenda
Necessidade de asfalto

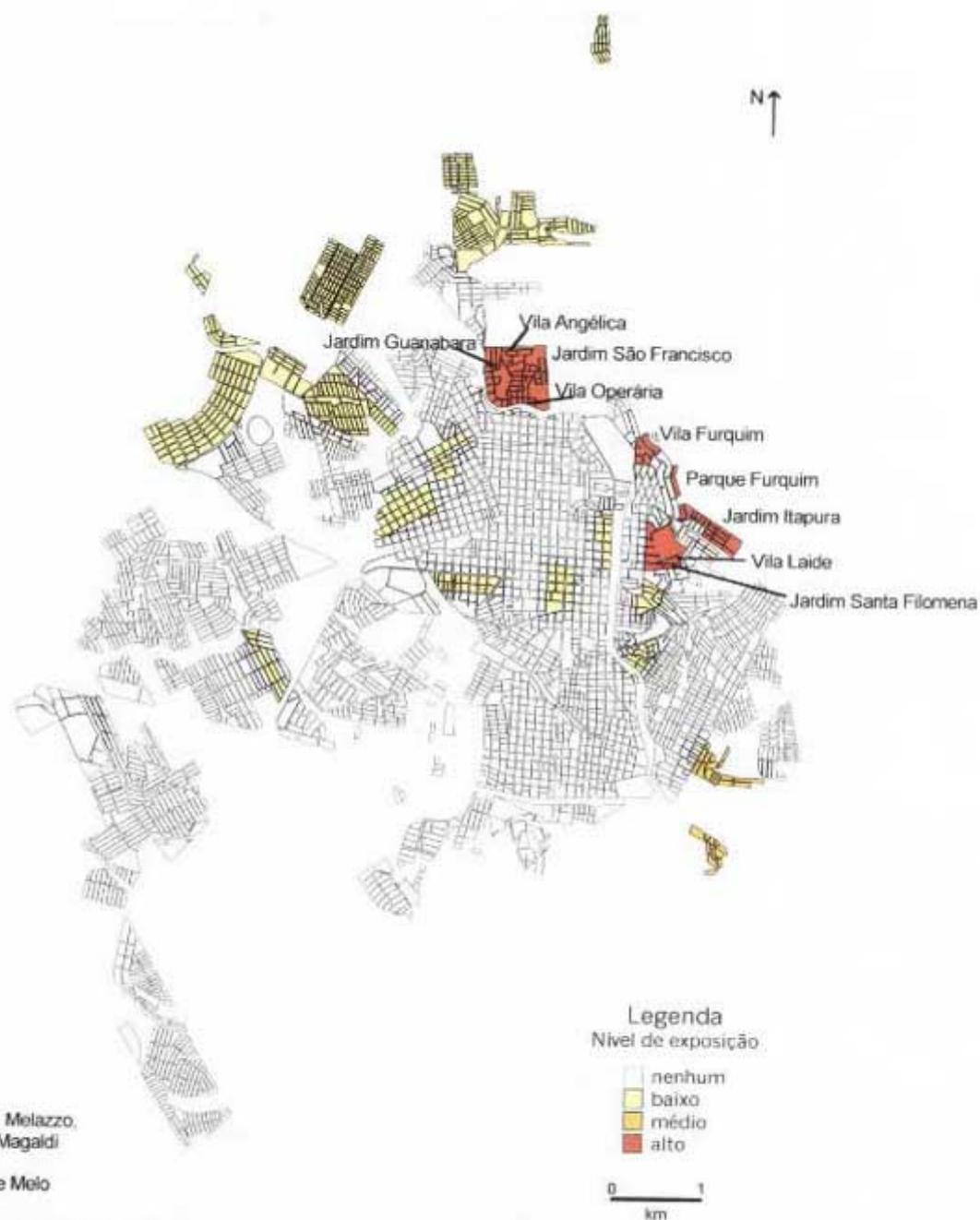
0

1

2

0 1
km

MAPA 9 - PRESIDENTE PRUDENTE
NÍVEL DE EXPOSIÇÃO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS



Fonte: Eliane Mazzini, 1997

Organizadores:

Encarnita S. Martin, Everaldo S. Melazzo,

Raul B. Guimarães e Sérgio B. Magaldi

Auxiliares de Pesquisa:

Claudio J. de Souza, Nildo A. de Melo

e Rose M. do Nascimento

Apoio financeiro: FAPESP/Programa Políticas públicas

Realização: Projeto Sistema de Informação para tomada
de decisão municipal (SIGI)

Eliseu Savêno Spósito (coordenador)

Convênio: LAGHU (FCT-UNESP)/PMPP

Presidente Prudente, abril de 2000

MAPA 10 - PRESIDENTE PRUDENTE
ANÁLISE ESPACIAL DA EXCLUSÃO SOCIAL

